

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM PRODUÇÃO CULTURAL NA FORMA SUBSEQUENTE



campus Tefé

2025

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação

Jaime Cavalcante Alves
Reitor do IFAM

Rosangela Santos da Silva
Pró-Reitora de Ensino

Paulo Henrique Rocha Aride
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Maria Francisca Moraes de Lima
Pró-Reitora de Extensão

Fabio Teixeira de Lima
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Leandro Amorim Damasceno
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Martinho Correia Barros
Diretor Geral do *campus* Tefé

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 146 - CDG/CTEF/IFAM de 11 de julho de 2023 para comporem a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural.

PRESIDENTE	Leidijane Rolim da Silva
	Francielle de Oliveira Chagas
	Irene da Mata Cacheado do Nascimento
	Marilia de Almeida da Silva
	Martinho Correia Barros
	Ricardo Alexsandro de Santana
	Tatiana Gaion Malosso

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	4
2	JUSTIFICATIVA	5
3	HISTÓRICO DO IFAM.....	10
3.1.	O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS E SUAS UNEDS MANAUS E COARI.....	11
3.2.	A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS	12
3.3.	A ESCOLA AGROTÉCNICA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.....	13
3.4.	O IFAM NA FASE ATUAL.....	14
3.5.	HISTÓRICO DO CAMPUS TEFÉ	15
4	OBJETIVOS	16
4.1.	OBJETIVO GERAL	16
4.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
5	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	17
5.1.	PROCESSO SELETIVO	18
5.2.	TRANSFERÊNCIA.....	19
6	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	19
6.1.	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	20
6.2.	ITINERÁRIO FORMATIVO	21
7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	21
7.1.	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	22
7.2.	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	28

8	MATRIZ CURRICULAR.....	36
8.1.	CARGA HORÁRIA DO CURSO.....	40
8.2.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	42
8.3.	EMENTÁRIO DO CURSO	42
8.4.	PRÁTICA PROFISSIONAL	45
9	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	53
9.1.	PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO.....	54
10	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	55
10.1.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	58
10.2.	NOTAS	60
10.3.	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA.....	60
10.4.	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	62
10.5.	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	64
11	CERTIFICADOS E DIPLOMAS	64
12	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	65
12.1.	BIBLIOTECA	65
12.2.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	66
13	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	68
13.1.	CORPO DOCENTE	69
13.2.	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	70
	REFERÊNCIAS	72
	APÊNDICES	74



1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EIXO TECNOLÓGICO:	Produção Cultural e Design
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno ou Diurno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	800h
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	160h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1.060h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	01 ano
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Semestral
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	Campus Tefé situado na Rua João Stéfano, 625, Bairro Juruá, Tefé-Amazonas.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas



2 JUSTIFICATIVA

Ao contrário de alguns prognósticos mais pessimistas, a cultura não é um objeto em vias de extinção. Ela se encontra em plena expansão de formas diversas de manifestação e transformação (SAHLINS, 1997). Tais formas não são limitadas por fronteiras internas ou externas e nem mesmo por distâncias ou idiomas. O modo menos insular pelo qual as tantas culturas se manifestam exige a formação de profissionais atentos e capazes para potencializar seus efeitos positivos, tanto para a cidadania e humanização como para as relações econômicas e políticas locais e regionais. Segundo Cunha (2009), a cultura é hoje também um forte e sensível argumento nos debates por direitos intelectuais e por direitos fundamentais; dessa forma, argumenta-se que a produção, organização e promoção de eventos, projetos e produtos artísticos, culturais e esportivos exigem uma formação sólida, responsável e crítica.

Em continuidade ao cenário mencionado no parágrafo anterior, o Curso Técnico em Produção Cultural do Campus Tefé visa suprir uma lacuna na formação de nível técnico da Região do Médio Solimões, uma região rica em produção cultural, com dezenas de manifestações culturais locais de padrão de qualidade elevadíssimo, mas que, no entanto, não contava ainda com um curso voltado para a Produção Cultural.

Para Faria (2012) o que difere um lugar do outro é a forma de ocupação e os sujeitos sociais engajados nesse processo que produzem o espaço de acordo com seus costumes, valores, tradições, ou seja, sua cultura. Neste contexto, considerada a Terra da Castanha e a Princesinha do Médio Solimões, no Coração da Amazônia, a cidade de Tefé sempre se destacou pelo seu Festival Folclórico com seus Bois Bumbás, suas Danças Indígena, Portuguesa, Espanhola, Gaúcha, Africana e Afro-América, seus Cangaços, suas Quadrilhas e suas Cirandas.

Conforme as imagens abaixo, cedidas pela Coordenação Municipal de Comunicação Social, podemos observar a riqueza e a diversidade cultural do Festival Folclórico de Tefé em meio ao tablado da arena, contando com a presença de centenas de espectadores, onde os grupos de danças, após um



longo período de preparação e ensaios, apresentam e disputam o almejado título de campeão, sob a mira atenta dos jurados durante três noites.





(Créditos: Acervo da Coordenação Municipal de Comunicação Social de Tefé)

A pluralidade cultural, como conhecimento e valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem na Amazônia, deve ser analisada de forma crítica, possibilitando novas formas de articulação entre as esferas pública e privada. Esses são aspectos que precisam ser refletidos e trabalhados pela educação a fim de contribuir para a formação de produtores culturais.

Historicamente, registra-se, na sociedade brasileira, dificuldade para elaboração e, acima de tudo, para consolidação de políticas públicas para a cultura. A ausência de políticas culturais que dialoguem efetivamente com as comunidades com o objetivo de conhecer suas carências e demandas é uma das questões fundamentais que o produtor cultural vai se deparar. Isso interfere diretamente na garantia a todos do pleno exercício dos direitos culturais e produz entraves para o apoio e incentivo à diversidade cultural.

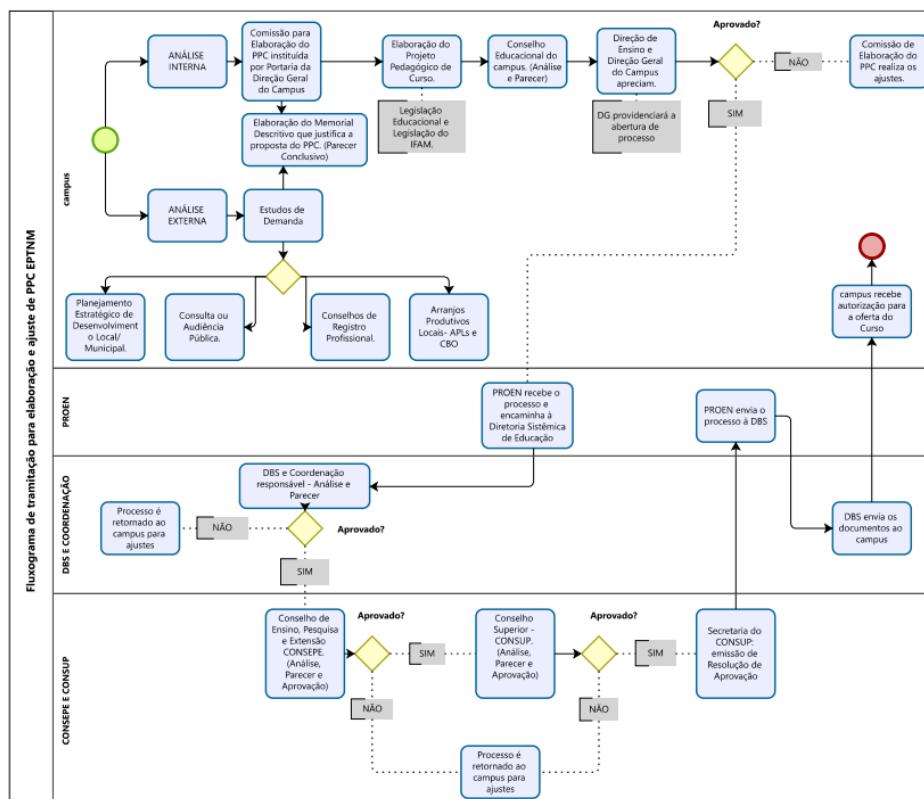
A conjuntura brasileira das décadas de 1990 e 2000, marcada pelos efeitos da globalização, pelo avanço do setor terciário em escala mundial e pelo crescimento da oferta de serviços, tem criado novos postos de trabalho e novas demandas para a educação profissional, devido à diversidade e à multiplicação de produtos e de serviços em diferentes áreas de atuação profissional. Na área de Produção Cultural e Design não tem sido diferente. O Amazonas, sobretudo a região de Tefé, conta com uma grande diversidade de agentes culturais e fazedores de cultura. No entanto, não existe nesta região nenhum curso em nível técnico e tecnológico que busque sistematizar o conhecimento acerca da criação, produção, planejamento, organização, distribuição, circulação, difusão, valorização e crítica nesta área de conhecimento.

Com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas

formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho, consequentemente, estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos.

Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar cidadãos capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

A partir da década de noventa, com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, configurando-se em uma modalidade da educação nacional. Mais recentemente, em 2008, as instituições federais de educação profissional, foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, o Instituto Federal do Amazonas ampliou sua atuação em diferentes municípios do Estado, com a oferta de cursos em diferentes áreas profissionais, conforme as necessidades locais.





No âmbito da Região de Tefé, a oferta do Curso Técnico em Produção Cultural surge a partir da compreensão da pluralidade cultural e da consequente necessidade de valorização da diversidade cultural, em um momento em que a cultura passa a ser percebida também em sua dimensão econômica.

As nossas discussões sobre a ideia de uma oferta de curso técnico na área de *Produção Cultural* e *Design* se intensificaram no dia 18 de julho de 2023 com a criação de um grupo do WhatsApp chamado “*Articulação Produção Cultural*” em que, com o apoio da Coordenação Municipal de Cultura, foram convidados os mais diversos agentes culturais da cidade. Estavam presentes nessas discussões online o Corpo de Dança Folclórica Ajuricaba, o Cordão Folclórico Elegância na Roça, Grupo Magia das Artes, Projeto Cine Tupebas, Núcleo Tefé de Capoeira Angola, Diretório Regional dos Estudantes da Universidade Estadual do Amazonas, Projeto REC, Agência de Turismo NheengaTour, Ciranda Tradição, Cine Clube Tefé, Banda Os Odiados, Grupo de Literatura Tom Piter e os Alquimistas, Associação Cinematográfica Fogo Consumidor Filmes, Ciranda Vila de Ega, Expedição Vagalume, Dança Africana e o Movimento de RAP em Tefé.

Os dados produzidos nas discussões online levaram a Comissão responsável pela criação do Curso à Audiência Pública, realizada no dia 18 de agosto de 2023, no auditório do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), com o intuito de apresentar uma proposta curricular que contemplasse os anseios dos mais variados grupos culturais de Tefé. Dentre as necessidades por formação destacaram-se a gestão de projetos culturais, a captação de recursos e a organização de eventos culturais.

Com a criação do Curso Técnico em Produção Cultural, o Campus Tefé preencherá essa lacuna e formará profissionais qualificados e capazes de atuar no campo cultural com consciência crítica.

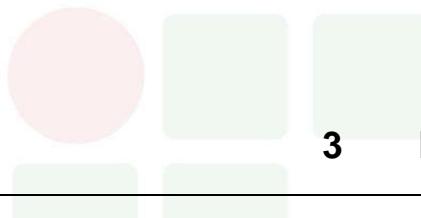
O Curso oferecido pelo IFAM, com um currículo técnico-humanístico, propiciará ao profissional técnico uma formação integral, numa perspectiva interdisciplinar da Cultura, da Arte, da Tecnologia e das Ciências Sociais Aplicadas. Busca, ainda, desenvolver conhecimentos básicos dos diversos meios de expressão artística e elaborar diferentes modelos de projetos culturais



utilizando conhecimentos da área de planejamento, gestão, administração, marketing e legislação cultural.

As atividades do Técnico em Produção Cultural estão relacionadas à criação, estruturação e organização de projetos e produtos artístico-culturais, lidando com todas as etapas implicadas nesse processo.

Frente a isso, o IFAM propõe-se a oferecer o Curso Técnico em Produção Cultural, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando técnicos através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social, em constante diálogo com as oportunidades dos Arranjos Produtivos Locais.



3 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Desse modo, em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

3.1. O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS E SUAS UNEDS MANAUS E COARI

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a Escola de Aprendizes de Artífices, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada Liceu Industrial de Manaus, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou, no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas



com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de Escola Técnica de Manaus. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Amazonas.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *campus* Manaus Distrito Industrial.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Após o Decreto de 26 de março de 2001, com a sua transformação institucional para Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), passou a ofertar, além da Educação Profissional Técnica, Cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus* Coari, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

3.2. A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS



O IFAM *campus* Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como Aprendizado Agrícola Rio Branco, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas - IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *campus* Manaus Zona Leste.

3.3. A ESCOLA AGROTÉCNICA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O *campus* São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o Projeto Calha Norte, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São



Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, tendo sua primeira Diretoria Pro-Tempore, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *campus* São Gabriel da Cachoeira.

3.4. O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, o IFAM já conta com quinze *campi* e dois *campi* avançados, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos



municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Iranduba e Boca do Acre.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

3.5. HISTÓRICO DO CAMPUS TEFÉ

O *Campus Tefé* foi criado na Expansão III em parceria com a Prefeitura Municipal de Tefé e no dia 1º de abril de 2014 iniciou suas atividades administrativas e didático-pedagógicas com um quadro composto por 16 servidores docentes, 05 administrativos e 01 colaborador. As primeiras turmas somaram 200 (duzentos) alunos distribuídos nos Cursos de Informática, Administração e Contabilidade. O IFAM *Campus Tefé*, começou provisoriamente no prédio da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro, situado na Rua João Stefano, nº 625 – Bairro: Juruá. Inicialmente, cinco turmas foram ofertadas: duas na Forma Integrada - Administração e Informática e três na Forma Subsequente - Administração, Contabilidade e Informática.

Em 2024, com 10 anos de atuação no município, o *Campus Tefé* oferta: Cursos Técnicos nas Formas Integrada e Subsequente nos Eixos Tecnológicos em: Gestão e Negócios – Curso Técnico de Nível Médio em Administração e curso médio técnico subsequente em Vendas; Informação e Comunicação – Curso Técnico de Nível Médio em Informática; Recursos Naturais – Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária, Curso Técnico de Nível Médio em Agroecologia; Desenvolvimento Educacional e Social – Curso Técnico em Nível Médio em Produção Cultural. Além dos Cursos Técnicos referidos, o *campus* dispõe do Curso de Graduação (Pedagogia) e Pós-Graduação (Educação no Campo, Filosofia da Educação, História, Cultura Africana e Afrobrasileira, Educação Profissional e Tecnológica) por meio de parceria com a Universidade Aberta do Brasil - UAB na modalidade Educação à Distância (EAD). São contabilizados 287 alunos do Ensino Médio Integrado, 109 alunos da Forma



Subsequente e 120 na modalidade FIC/EJA, segundo os dados atualizados no primeiro semestre de 2024.

4 OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

O Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente tem como objetivo geral formar produtores culturais aptos para desenvolver ações de promoção, disseminação, assessoria e estímulo ao consumo de bens culturais, desde o planejamento até a execução dos eventos artísticos, culturais e esportivos.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Curso de Técnico de Nível Médio em Produção Cultural tem como objetivos específicos capacitar o aluno para:

- ✓ Oferecer consistente aparato técnico, teórico e empírico que oriente o processo de produção das diversas linguagens artísticas e de bens culturais, no sentido de desenvolver ações de gerenciamento e de propostas inovadoras para esta área;
- ✓ Habilitar profissionais que valorizem a diversidade cultural como elemento transformador da sociedade, integrando-a à educação e à tecnologia;
- ✓ Capacitar o produtor cultural para o planejamento, para o desenvolvimento e para a administração de bens e produtos artístico-culturais nos setores públicos e privados, levando em consideração processos de sustentabilidade da cultura a partir da sua dimensão econômica;



- ✓ Propiciar conhecimentos teórico-práticos ao tecnólogo em Produção Cultural que o habilite a trabalhar na elaboração e gestão de políticas públicas para a cultura, visando à democratização dos bens artístico-culturais e a sua auto sustentabilidade;
- ✓ Conhecer a organização, a produção, a coordenação e a promoção de eventos artísticos e culturais nos mais variados espaços que valorizem a arte, a cultura e o esporte;
- ✓ Conceber, propor, mediar, assessorar e executar projetos e ações nos diferentes eventos culturais;
- ✓ Desenvolver a sensibilidade, a reflexão, o potencial criativo e o espírito crítico;
- ✓ Formar profissionais que respeitem a diversidade étnico-racial, os direitos humanos e promovam a consciência ambiental.

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho. Os critérios para admissão no curso se dará por processo seletivo público, classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas, aos candidatos que já possuam o Ensino Médio, de acordo com a forma de avaliação de acesso adotado pelo *campus*.

Cada processo de admissão no curso deverá apresentar edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *Campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular (integrada/subsequente/modular/seriada) período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames ou entrevistas, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso. Neste Edital serão contemplados



também, os candidatos amparados pelo regime de cota, conforme preceitua Legislação específica.

5.1. PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM - campus Tefé ocorrerá por meio dos seguintes tipos de processos seletivos:

- ✓ – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino; e
- ✓ - Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio da Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, aos candidatos que concluíram o Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, por meio de Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.



5.2. TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá ainda ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro campus do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94-CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- ✓ Existência de vaga;
- ✓ Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- ✓ Existência de cursos afins;
- ✓ Adaptações curriculares; e
- ✓ Após a conclusão do primeiro ano, módulo/periodo ou semestre letivo.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico de Nível Médio em Produção Cultural formado pelo IFAM Campus Tefé será habilitado para:

- ✓ Elaborar e cuidar da gestão e da execução de projetos culturais em segmentos artísticos e culturais;
- ✓ Planejar e realizar eventos;
- ✓ Captar recursos para financiamento de projetos e eventos;
- ✓ Compreender os diferentes modos de produção artística e cultural, de veiculação de mídia cultural e negociação no campo das artes;
- ✓ Atuar nas instâncias das políticas culturais e na gestão de coletivos e instituições culturais.



As características esperadas para atuação deste profissional são:

- ✓ Empreender na concepção e administração de grupos e coletivos culturais e artísticos;
- ✓ Inovar, com concepção e desenvolvimento de tecnologia e inovação em produção cultural e tecnologias sociais;
- ✓ Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
- ✓ Identificar e resolver problemas de maneira crítica e criativa, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
- ✓ Compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas atinentes às áreas de produção e gestão culturais e das tecnologias sociais.

6.1. POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico de Nível Médio em Produção Cultural poderá atuar em Instituições Públicas, Privadas e do Terceiro Setor, bem como Indústria e Comércio, devendo ser capaz de atuar com profissionalismo, humanização e ética em múltiplas plataformas de produção cultural, além de lidar com equipes multidisciplinares e atuar como um impulsionador da relevância social e econômica da cultura regional, nacional e internacional nos meios públicos e privados. O egresso será capaz de produzir, organizar e promover eventos culturais em diversas modalidades, desde a pesquisa e planejamento, passando pela captação de recursos e execução, até a avaliação de eventos de interesse de sua formação profissional.

O egresso do curso estará apto a atuar nos setores de economia criativa, em empresas de produção cultural, em órgãos públicos ligados à cultura e ao turismo, na rede hoteleira, no setor privado ligado ao entretenimento, em espaços históricos e artísticos, nos grupos teatrais, associações culturais, escolas de arte e festivais de arte. Poderá também atuar na área de pesquisa em produção cultural, contribuindo para a construção de novos conhecimentos no que se refere à organização, ao desenvolvimento e a produção de projetos e



assessoramento técnico e de consultoria na área de eventos, projetos e produtos artísticos, culturais, esportivos e de divulgação científica.

6.2. ITINERÁRIO FORMATIVO

O Profissional Técnico de Nível Médio em Produção Cultural, após a conclusão do curso, poderá optar por formação continuada em cursos de especialização técnica (pós-técnico) tais como: Especialização Técnica em Artes; Especialização Técnica em Moda; ou Especialização Técnica em Design.

Além da formação continuada, existem as possibilidades de verticalização de estudo com os cursos de graduação: Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais; Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural; Bacharelado Interdisciplinar em Artes; Bacharelado em Produção Cultural; Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas; Bacharelado em Administração; Bacharelado em Publicidade e Marketing.

No âmbito do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente do IFAM Campus Tefé, não está prevista na quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2024) sugestão de qualificação profissional com certificação intermediária para os casos de integralização parcial do curso.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Este Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente atende aos pressupostos da legislação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº. 9.394/96), bem como às demais resoluções e pareceres que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em adição, este Projeto Pedagógico de Curso atende à LDBEN em sua disposição acerca da imprescindibilidade de adaptação às necessidades e



disponibilidades de seu público, assegurando aos que forem trabalhadores/as as condições de acesso, permanência e êxito, mediante ações integradas e complementares entre si, proporcionando oportunidades educacionais apropriadas e considerando as características dos/as educandos/as, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

Conforme LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008, em seu art. 6º, inciso I, a Educação Profissional tem por finalidade formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Pautado nos aspectos descritos até aqui, pretende-se o desenvolvimento de um currículo que, para além de uma formação profissional, contribua na formação humana do educando.

7.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente será orientada para a formação integral do educando, que também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional, disposto inclusive nas DCNEPTNM, as quais defendem que essa integralidade se estenda aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico e favorecendo, dessa maneira, a integração entre a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) comprehende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

7.1.1. Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos documentos legais que a fundamentam pressupõe o fomento de uma



educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto do ponto de vista histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta a necessidade de aprimoramento das questões que se relacionam à formação humana e cidadã do educando, tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial com o Ensino Tecnológico, no qual o saber, o fazer e o ser se integram e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão, constituindo-se em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

7.1.2. Formação *Politécnica e Omnilateral* (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, as quais defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.



Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de *omnilateralidade* e *politecnia*, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito *omnilateral* pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral comprehende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de *politecnia*, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a *politecnia*, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se



constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressaltam a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

7.1.3. Interdisciplinaridade e Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância de o educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado, na qual teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, do politécnico ou, no caso dos Cursos Subsequentes, do tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de



ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e viger, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática, não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática, busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelecem as DCNEPTNM, arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois comprehende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

7.1.4. Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que o núcleo envolvido neste processo deverá



realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais à localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva expandir tanto a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, quanto a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, devemos assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio deve considerar, no seu planejamento, a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.



Sobre isso, o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, consequentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM, o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

7.2. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética, em que o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade na



qual o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva, a metodologia dialética comprehende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15):

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...).

É fundamental, na elaboração do PPC dos cursos subsequentes, observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e político) em todas as suas modalidades e formas



(Resolução CNE nº 01/2021), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.



Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico- metodológicos:

- ✓ Integração entre teoria e prática desde o início do curso;



- ✓ Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- ✓ Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- ✓ Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas.

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o *campus* se situa.

7.2.1. Estratégias para Desenvolvimento de Atividades Práticas

A formação acadêmica que vem acontecendo no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica está possibilitando práticas educativas pensadas de acordo com o momento vivenciado pela comunidade escolar em seus diversos nichos sócio-culturais. Tais atividades se tornam um verdadeiro campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão com a prática profissional e uma ação prático-propositiva e crítico-reflexiva mediante o mundo da técnica posto aos discentes no âmbito da formação especializada para o mundo do trabalho.

Sabemos que um grande obstáculo para as práticas educativas é a formatação do currículo escolar. Tornamos o currículo uma das peças fundamentais para a significação efetiva no processo educativo, mas as atividades didático-pedagógicas práticas, muitas vezes, esbarram na burocracia cotidiana do universo escolar pois o currículo, torna-se, assim, reflexo da gestão escolar e não da realidade vivenciada em sala de aula. Neste sentido há uma reprodução de currículos conservadores e padronizados como mecanismo de perpetuação de uma dominação pedagógica conteudista.

O currículo deve ser compreendido, de acordo com Moreira e Silva (1994, p. 64) como um



conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do (a) estudante. Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão.

Considerando que as atividades práticas, assim como o currículo, são campos confluentes da educação, compete esclarecer que, neste projeto pedagógico de curso, dar condições para que aconteçam as atividades práticas no chão de nossas escolas é propiciar a evasão do real escolar criado sob a tensão do castigo e da não interação social em detrimento do aprendizado de conteúdo. Nesta perspectiva, acreditamos que o papel do professor é conduzir todo o processo cognitivo de forma prazerosa, indicando caminhos, apontando direções, desenvolvendo percepções num ambiente (escolar) que é seguro e que não precisa vivenciar e enfatizar as tensões do mundo externo.

Frente a essas considerações, entende-se que o currículo desempenha uma função importante no sentido de possibilitar práticas pedagógicas transformadoras e exitosas. Essa ideia tem sido amplamente adotada nos dias atuais, dentro do contexto educacional, como uma busca de metodologias de ensino pautadas nas novas linguagens e tecnologias que trazem consigo aprendizagens significativas permeadas de interação social para a resolução de problemas e construção de conhecimento.

Por práticas pedagógicas ou atividades práticas, entende-se a materialização do currículo, por meio de métodos e técnicas de ensino que favorecem o aprendizado dos conteúdos disciplinares, de forma significativa, impactando no desempenho acadêmico dos estudantes já que se tornam os protagonistas da atividade.

Para tanto, cada componente curricular que compõe o Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente, terá um tempo dedicado às aulas práticas para que o professor possa escolher e desenvolver, com a turma, uma técnica ou um método a ser aplicado como culminância do processo de ensino-aprendizagem, buscando trazer os estudantes para o centro da atividade.

Essa necessidade de inovar e transformar as *práxis* se faz presente na formação integral de nossos estudantes. Embora o currículo seja materializado



em uma concepção tradicional, há sempre possibilidades de identificar práticas pedagógicas inovadoras.

Em tempo, indicamos que as atividades práticas podem ser articuladas em torno do Projeto Integrador oferecido naquele semestre letivo.

7.2.2. Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Conforme a 4^a edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e de acordo com o disposto no item 7.6 das Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFAM, aprovadas pela PORTARIA Nº 18-PROEN/IFAM, de 1º de fevereiro de 2017, respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

A porcentagem supramencionada não inclui Estágio Profissional Supervisionado, atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso – PCCT.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), o qual possibilitará acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, chats, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- ✓ **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.



- ✓ **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- ✓ **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- ✓ **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- ✓ **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- ✓ **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros *campi* ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.

Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser oferecida por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

Qualquer componente curricular deste Projeto Pedagógico de Curso poderá ter 20% de suas aulas ministradas à distância, respeitando as normas vigentes, desde que o professor responsável comunique a Coordenação de Curso e tenha o devido aval com deferimento antes das aulas do semestre começarem.

Dessa forma, sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional, os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva de ensino.



Também deve-se apresentar aos estudantes, no início do período letivo, as orientações complementares objetivando o êxito no acesso das plataformas a serem usadas no processo de ensino à distância.

8 MATRIZ CURRICULAR

As matrizes curriculares dos cursos devem ser orientadas pela concepção do Eixo Tecnológico e de Eixos Articuladores/Integradores do currículo (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura).

O Quadro 1 apresenta a estrutura e as disciplinas que compõe o Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente, bem como suas respectivas cargas horárias:

- ✓ Presencial com carga horária separadas em **Teórica e Prática**;
- ✓ **Semanal** com o total de hora-aula na semana;
- ✓ **Semestral** o total da carga horária de toda a disciplina naquele semestre/módulo;
- ✓ **Total** de carga horária de toda a disciplina ao longo do curso.

O Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.



Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados também por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/4ª Edição, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);

DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);

PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);

LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);

LEI N.º11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. º 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória n.º 2.164- 41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);

LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);

- Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC



- Diretrizes indutoras para a oferta de Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Fórum de Dirigentes de Ensino/CONIF;
- Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovadas pela PORTARIA Nº 18-PROEN/IFAM, de 1º de fevereiro de 2017, e suas atualizações.
 - Projeto Político Pedagógico Institucional do IFAM - PPPI;
 - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM - PDI;
 - LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
 - PARECER CNE/CEB N.º 17/2020 de 10/11/2020 e RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 1 de 05/01/2021 (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica);
 - PARECER CNE/CEB Nº 5, de 12/11/2020 e a RESOLUÇÃO Nº 2, de 04/04/2024 (Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.)
 - RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prevê a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre os saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.



Na perspectiva da construção curricular por Eixo Tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma subsequente contempla o Núcleo Tecnológico, o qual é o espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada para favorecer a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Vale salientar que dependendo da circunstância da demanda por oferta de vagas no curso Técnico em Produção Cultural, a Coordenação Geral de Ensino do Campus Tefé e a Coordenação de Curso, sob supervisão do Núcleo Técnico Pedagógico, poderão organizar a oferta curricular flexibilizada, por disciplina ou grupos de disciplinas, de forma que possamos atender os povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, da floresta e das águas com aulas em suas



respectivas comunidades, para além dos muros do IFAM, sempre buscando respeitar os arranjos produtivos locais, otimizar os recursos humanos desta Instituição de Ensino, adaptar o currículo ao tempo e espaços territoriais dos comunitários e ampliar a formação técnica e tecnológica para o desenvolvimento social e sustentável no Médio Solimões.

8.1. CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente, conforme a Resolução nº 94/2015 CONSUP/IFAM, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Quadro 1: Carga Horária do Curso

Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente	
Carga Horária da Formação Profissional	800 h
Carga Horária de Atividades Complementares	100 h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT	160 h
Carga Horária Total	1.060h

Quadro 2: Matriz Curricular

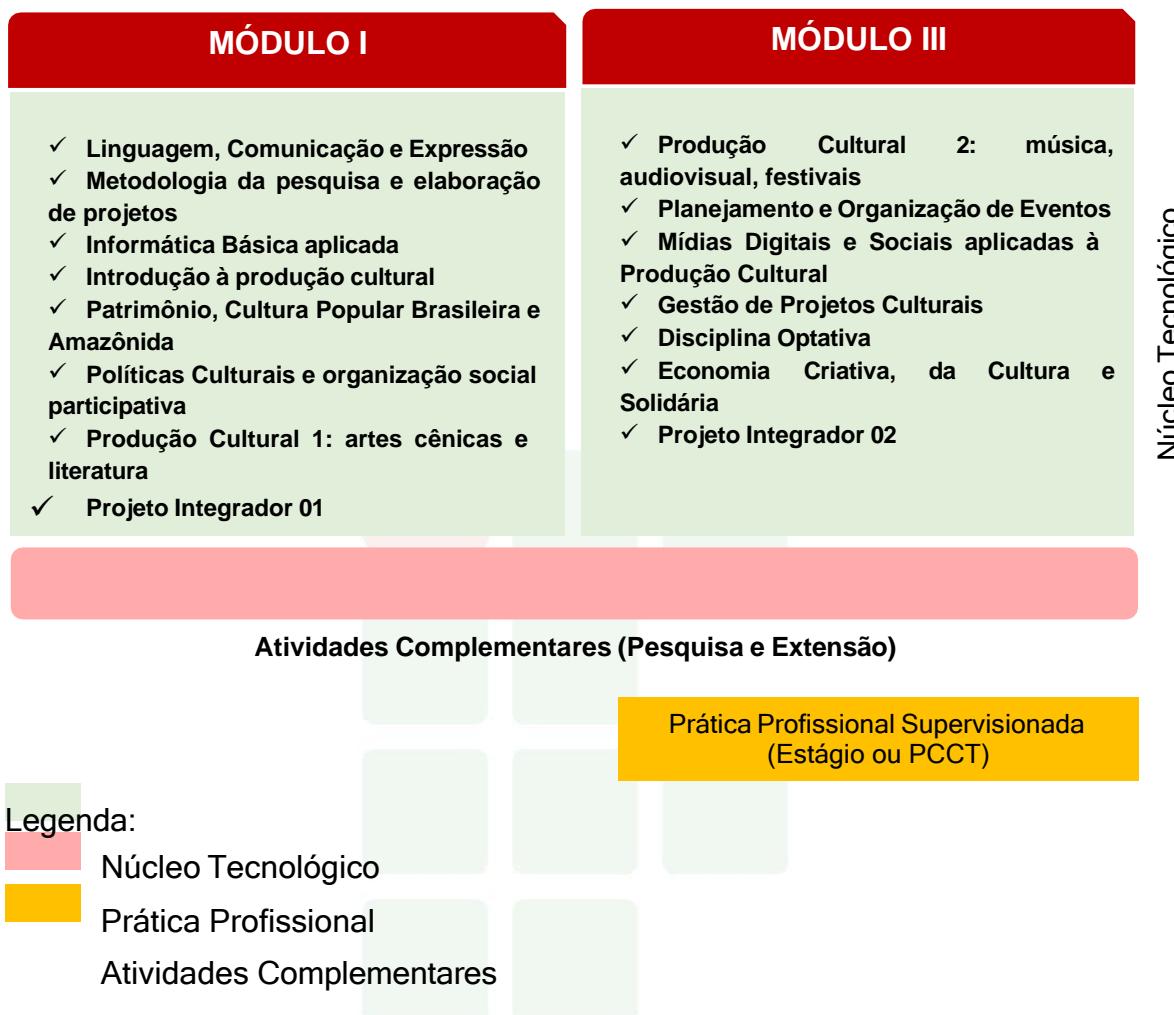
 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM campus TEFÉ							
	EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM PRODUÇÃO CULTURAL							
	ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2025.1		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE			REGIME: SEMESTRAL		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)					
			Presencial	A Distância	AVA	Semanal	Semestral	
Teórica	Prática							
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Documento Base da EPTNM Integrada ao Ensino Médio Diretrizes indutoras para a oferta de Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio/CONIF DCN Educação Profissional e Tecnológica Resolução CNE/CEB Nº 1/2021 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Lei do Estágio Nº 11.788/2008	MÓDULO I EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA	Linguagem, Comunicação e Expressão	32	8	-	2	40	
		Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos	32	8	-	2	40	
		Informática Básica aplicada	32	8	-	2	40	
		Introdução à produção cultural	56	24	-	4	80	
		Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica	48	12	-	3	60	
		Políticas Culturais e organização social participativa	48	12	-	3	60	
		Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura	48	12	-	3	60	
		Projeto Integrador 01	8	12	-	1	20	
	MÓDULO II	SUBTOTAL	312	88	-	20	400	
		Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais	56	24	-	4	80	
		Planejamento e Organização de Eventos	56	24	-	4	80	
		Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural	56	24	-	4	80	
		Gestão de Projetos Culturais	48	12	-	3	60	
		Disciplina optativa	32	8	-	2	40	
		Economia Criativa, da Cultura e Solidária	32	8	-	2	40	
		Projeto Integrador 02	8	12	-	1	20	
		SUBTOTAL	312	88	-	20	400	
		TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL						800h
		ATIVIDADES COMPLEMENTARES						100h
		ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT						160h
		TOTAL						1.060h

SUBSEQUENTE



8.2. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Figura 2 - Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural



8.3. EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do Quadro 3, 4 e 5, o qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- ✓ CH Semanal: Carga Horária Semanal
- ✓ CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- ✓ Tec: Núcleo Tecnológico



Quadro 3: Ementário de Produção Cultural - 1º Módulo

Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural					
DISCIPLINA	Semestre	CH	Semanal	CH Total	Núcleo
Linguagem, Comunicação e Expressão	1º	2	40	Tec	
Comunicação: processo, barreiras, níveis, elementos da comunicação, funções da linguagem. O texto. Frase. Parágrafo. Redação: Narração, descrição, dissertação, injunção e exposição. Coesão, concisão e coerência textuais. Mecanismos e tipos de coesão textual. Elementos da textualidade. Redação científica. Atualização Gramatical.					
Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos	1º	2	40	Tec	
O problema do conhecimento, em suas linhas gerais. A lógica e método na ciência. Classificação das ciências: discussão crítica. Racionalidade e objetividade científicas. Importância da elaboração de relatórios e projetos; Processos, técnicas e etapas na elaboração de relatórios e projetos culturais; Cronograma e custos na elaboração de projetos; Normas da ABNT; Redação científica; Pesquisa científica. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha, fichamento, resumo e sinopse.					
Informática Básica Aplicada	1º	2	40	Tec	
Introdução à Informática; Segurança da informação. Introdução aos Sistemas Operacionais Modernos; Editores de Texto; Planilha Eletrônica; Gerenciador de Apresentação de Slides e Internet.					
Introdução à produção cultural	1º	4	80	Tec	
Princípios organizacionais, mercadológicos, jurídicos e contábeis de gerência aplicados ao produtor cultural; As dimensões do entretenimento como negócio; O mercado do produtor cultural; Principais atores do segmento cultural e artístico; Viabilização de produto cultural. Etapas da produção cultural; Valoração do produto cultural.					
Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica	1º	3	60	Tec	
Formação da cultura brasileira. Etnicidade. Culturas tradicionais, regionais, populares e urbanas no Brasil e na Amazônia.					
Políticas Culturais e organização social participativa	1º	3	60	Tec	
Conceitos fundamentais de políticas culturais e as tendências das novas tecnologias aplicadas à área cultural. Dimensões da cultura na contemporaneidade e sua articulação estratégica com o desenvolvimento das sociedades e o comportamento humano. Modelos de gerência de instituição cultural e a relação espaço cultural e comunidade. Gestão como ferramenta de inclusão, sustentabilidade, transversalidade e democratização da cultura.					
Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura	2º	6	120	Tec	
Estudos teórico-práticos dos procedimentos técnicos de produção em artes cênicas: planejamento, criação e difusão.					
Projeto Integrador I	1º	1	20	Tec	
Pesquisa e conceituação de elementos e expressões artístico-culturais presentes na cultura indígena, negra e mestiça na Amazônia, por meio da análise de manifestações culturais amazônicas e das narrativas cosmogônicas amazônicas. Articulação dos conhecimentos tradicionais, transculturação, interculturalidade, identidade e memória em relação às artes da cena e performances culturais.					

Quadro 4: Ementário de Produção Cultural - 2º Módulo



DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais	2º	4	80	Tec
Estudo dos aspectos teóricos e práticos da produção audiovisual, musical e de espetáculos. Abordagem das etapas do processo de produção de audiovisuais: pré-produção, produção e pós-produção. O cinema e o estudo dos aspectos teóricos e práticos da produção audiovisual, musical e de espetáculos. Abordagem das etapas do processo de produção de audiovisuais: pré-produção, produção e pós-produção. O cinema e a música como recursos de criação para uma construção subjetiva, comunitária e intercultural. Música como recursos de criação para uma construção subjetiva, comunitária e intercultural.				
Planejamento e Organização de Eventos	2º	4	80	Tec
Conceitos de Eventos. Tipologia de eventos. Importância do planejamento na organização de eventos. Etapas do planejamento de eventos. Fases específicas do planejamento de eventos. Componentes, controle e avaliação da logística de eventos. Políticas inclusivas e acessibilidade em eventos. Cerimonial e protocolo.				
Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural	2º	4	80	Tec
Comunicação e mobilização social. As oportunidades de uso das mídias sociais no contexto das ações de comunicação e de negócios. Estratégia e planejamento de ações em mídias sociais, perfis envolvidos, características das principais redes, métricas, ferramentas de avaliação e prevenção a crises. Gestão do conteúdo nas redes.				
Gestão de Projetos Culturais	2º	3	60	Tec
Gestão de cultura e gestão de projetos culturais. Gestão como ferramenta de inclusão, sustentabilidade, transversalidade e democratização da cultura. Introdução à gestão e sua aplicação projetos. Modelos de gestão cultural no Brasil e na América Latina a partir do século XX. Planejamento estratégico em cultura. Formatação de projeto cultural. Metodologia e fases. Concepção, justificativa, objetivos, cronogramas, orçamentos, equipes e sistemas de controle e avaliação.				
Economia Criativa, da Cultura e Solidária	2º	2	40	Tec
Abordar os aspectos conceituais e legais sobre economia criativa e economia solidária aplicadas ao conjunto de segmentos dinâmicos culturais, a fim de promover a produção de produtos e serviços baseados em criatividade e conhecimento voltados para a arte e a cultura. Além disso, promover a compreensão do potencial econômico, da geração de receitas, de comércio e inovação, alinhados com as novas tecnologias, notadamente as tecnologias de informação e comunicação presentes no contexto contemporâneo.				
Projeto Integrador II	2º	1	20	Tec
Prática no campo da atuação, encenação teatral, escrita dramática ou performance, por meio da criação e produção de uma obra artística, que culmine em apresentação pública. Os saberes locais dos povos da floresta, suas tradições, crenças, ritos, mitos na cena e na pedagogia das artes amazônicas. O urbano, o ribeirinho e os ameríndios como vozes das diversidades, poética e humana, na Amazônia. As artes do corpo e a luta pela preservação da floresta em cena.				

Quadro 5: Ementário de Produção Cultural - Optativas

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Matemática Financeira	2º	2	40	Opt
Conceitos Fundamentais. Capitalização. Descontos. Equivalência de Capitais. Séries de Capitais. Custo Efetivo de um Empréstimo. Sistemas de Amortização. Inflação. Depreciação.				
Inglês Instrumental	2º	2	40	Opt



Permitir a aquisição por parte dos discentes a habilidade de leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área de Produção Cultural, na língua Inglesa.	Espanhol Instrumental	2º	2	40	Opt
História e geografia da língua espanhola; Informações gerais sobre a língua; Cultura Hispânica; aproximação inicial ao aprendizado do léxico e das estruturas gramáticas da língua espanhola em nível básico. Introdução ao sistema fonético e fonológico do espanhol e sua representação gráfica. Usos sociais da língua. Desenvolvimento inicial da leitura, compreensão; produção oral e escrita					

8.4. PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme as DCNEPT, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional.

A prática profissional, intrínseca ao currículo, é desenvolvida nos diversos ambientes de aprendizagens. Dentre os ambientes para realização da prática profissional, podemos citar laboratórios, oficinas, salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Projetos Pedagógicos de Cursos:

- I - Estágio Profissional Supervisionado;
- II - Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT);
- III - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- IV - Atividades Complementares.



No Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente, a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 160 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e/ou PCCT são requisitos indispensáveis para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritas com detalhes cada uma dessas práticas.

8.4.1. Atividades complementares

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Com caráter acadêmico, técnico, científico, artístico, cultural, esportivo, de inserção comunitária e práticas profissionais vivenciadas pelo educando, as Atividades Complementares integram o currículo dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas diferentes Formas de oferta, com carga horária de 100 horas, com foco na integração entre ensino, pesquisa e extensão. Todo aluno matriculado no Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente deverá realizar as Atividades Complementares, uma vez que estão previstas como sendo obrigatórias para a conclusão do curso, as quais deverão ser cumpridas concomitantemente aos períodos do curso e devidamente certificadas.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados, atestados ou declarações, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será



realizada pela Coordenação do curso e Comissão designada para esta finalidade no último semestre ou ano letivo em que haverá turmas concluintes.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados, declarações e atestados comprobatórios da atividade.

Em termos de organização, essas atividades complementares serão desenvolvidas em blocos de até 50h conforme a distribuição a seguir:

- ✓ **Atividades de Pesquisa em Produção Cultural**
- ✓ **Atividades de Extensão em Produção Cultural**

Desse modo, as Atividades acadêmico-científico-culturais organizam-se em duas frentes: atividades de pesquisa e atividades de extensão correlatas à formação e à área do curso. Assim, compete ao acadêmico participar das atividades e eventos que possam ser computados em uma dessas categorias.

Serão consideradas, para fins de cômputo de carga horária, as atividades apresentadas no Quadro 6. As atividades descritas, bem como a carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a RESOLUÇÃO Nº 102-CONSUP/IFAM, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 - Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Quadro 6: Atividades Complementares

PESQUISA EM PRODUÇÃO CULTURAL – Total: 50h		
Nº	ATIVIDADE	Carga horária máxima
01	Organização de eventos acadêmico-científico	Carga horária do Certificado
02	Curso / minicurso / oficina de estudos em assunto correlato ao curso	Carga horária cursada



03	Iniciação Científica (voluntária ou bolsa institucional)	50h / semestre
04	Participação em eventos com apresentação de trabalhos (comunicação individual ou apresentação de painéis)	10h / participação
05	Participação em Grupo de Pesquisa Institucional	40h / Semestre
06	Participação como ouvinte em eventos (seminários, congressos, palestras e similares) correlatos ao curso	Carga horária do certificado
07	Publicação de resumos	15h / resumo
08	Participação em publicação de trabalhos completos em periódicos / anais	20h / publicação
09	Monitoria em eventos científicos correlatos ao curso	04h / atividade

EXTENSÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL – Total: 50h

01	Projetos de Extensão (voluntário ou bolsa institucional)	50h / semestre
02	Representação estudantil (grêmio estudantil, representação de turma ou comitês)	20h / semestre
03	Participação em campanhas e eventos na comunidade (mobilização social)	05h / atividade
04	Participação em atividades artístico-culturais	04h / atividades
05	Monitoria em atividades de extensão de curta duração	05h / atividade
06	Monitoria (voluntária ou bolsa institucional)	40h / semestre
07	Estágio extracurricular de curta duração	10h / mês
09	Organização de eventos artístico-culturais e esportivos	Carga horária do evento

8.4.2. Estágio Profissional Supervisionado



O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado, previsto na formação do aluno, é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os a atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágios, Egresso e Cooperação Técnica ligado à Coordenação de Extensão do campus Tefé fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 200 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá no 2º módulo do Curso, no qual os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com a área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso



Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), da qual 40% será atribuída pelo supervisor de estágio na empresa e 60% pela banca examinadora. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não neste projeto de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham a substituí-las.

8.4.2.1 Aproveitamento Profissional



A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Curso. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores à solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 160 horas e será avaliado por meio do Relatório Final e apresentação em banca examinadora conforme as normas estabelecidas pela instituição. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora.

8.4.2.2 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM campus Tefé. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 2º semestre do curso e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se



da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 160 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: O mínimo de 20h horas de orientações presenciais com o professor orientador e o máximo 140 horas dedicadas à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *campus*.

O IFAM *campus* Tefé não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou co-orientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e



justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM *campus Tefé* disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

9 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores do estudante, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.



Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

9.1. PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Coordenação Geral de Ensino, ou equivalente do campus, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I - Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;



III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;

II - Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Coordenação Geral de Ensino, ou equivalente no campus, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

10 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos comprehende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem,



visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos;



Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização



didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015).

10.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II - do senso crítico;
- III - da capacidade de relacionar conceitos e fatos;



IV - de associar causa e efeito;

V - de analisar e tomar decisões;

VI - de inferir; e

VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

I - provas escritas;

II - trabalhos individuais ou em equipe;

III - exercícios orais ou escritos;

IV - artigos técnico-científicos;

V - produtos e processos;

VI - pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;

VII - oficinas pedagógicas;

VIII - aulas práticas laboratoriais;

IX - seminários; e

X - auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, por disciplina, a aplicação mínima de:

I - 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III - 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as



atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

10.2. NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II - as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II - Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

10.3. AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

- I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;
- IV - inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;
- V - serviço à Justiça Eleitoral;
- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII - licença paternidade devidamente comprovada;
- IX - doação de sangue;
- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI - convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII - óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV - casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Coordenação Geral de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a



avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

10.4. PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- ✓ Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- ✓ A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II - o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 = MD < 6,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III - o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do



componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

IV – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.



$$\text{MFD} = \frac{\text{MD} + \text{EF}}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

10.5. REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Coordenação Geral de Ensino, ou equivalente do *campus*, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Coordenação Geral de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Curso, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Coordenação Geral de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

11 CERTIFICADOS E DIPLOMAS



Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 1 de 06 de janeiro de 2021, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Produção Cultural pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

12 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

12.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFAM Campus Tefé tem por finalidade promover o acesso a materiais bibliográficos e audiovisuais, contribuindo para a geração da informação e constituindo-se no órgão que atua diretamente no apoio às atividades do ensino, pesquisa e extensão. Ela está aberta à comunidade em geral, para consulta local e para estudantes do IFAM, bem como permite o empréstimo de obras.



O espaço presta serviços aos pesquisadores e professores da comunidade, elaborando levantamentos bibliográficos e outros. O sistema de empréstimo utiliza códigos do livro onde o aluno possui o código de acesso para empréstimos e renovação. A Biblioteca atende aos cursos técnicos de nível médio dos Eixos Tecnológicos em Gestão e Negócios, em Informação e Comunicação, em Recursos Naturais e em Desenvolvimento Educacional e Social, já que são ofertados Cursos Técnicos de Administração, Agroecologia, Agropecuária, Produção Cultural e Informática.

Além do acervo de livros e periódicos, a Biblioteca também é utilizada para estudos individuais e em grupo, pois possui 10 computadores e 10 tablets disponíveis para os alunos com acesso ao Portal Capes e repositórios científicos como o Scielo, onde os docentes e discentes terão acesso aos periódicos.

A Biblioteca possui um sistema de acesso no site gnuteca.ifam.edu.br que o aluno poderá acessar aos trabalhos de conclusão de cursos técnicos, assim como monografias, teses e Dissertações do IFAM/Campus-Tefé quando este disponibilizar para a comunidade acadêmica.

O IFAM/campus Tefé mantém uma política de gestão participativa para definição de seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Desenvolvimento Anual, incluindo a aquisição de material bibliográfico para sua Biblioteca. A indicação do material a ser adquirido é feita pelos professores do Curso. O acervo deverá ser enriquecido tanto em número de exemplares como de títulos para atender às necessidades dos Cursos, visando atingir a excelência nas avaliações da Portaria Normativa 40/2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, bem como as normas internas do IFAM (Resolução No. 46 CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015; Regimento do sistema integrado de Bibliotecas – Resolução No. 31 CONSUP/IFAM, de 23 de junho de 2017).

12.2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Quadro 7: Ambientes organizacionais do Campus Tefé

Nº	Ambiente	Qtde
1	Salas de aula	07



2	Laboratório de Informática	02
3	WC. Masculino / feminino / PNE	05
4	Almoxarifado	01
5	Biblioteca	01
6	Diretoria Geral	01
7	Chefia de Gabinete	01
8	Coordenação de Gestão da Tecnologia de Informação	01
9	Coordenação de Gestão de Pessoas	01
10	Departamento de Administração e Planejamento	01
11	Coordenação de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	01
12	Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado	01
13	Coordenação de Compras e Licitações	01
14	Setor de Administração, Logística e Manutenção	01
15	Setor de Contratos e Convênios	01
16	Setor de Contabilidade	01
17	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão	01
18	Coordenação de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais	01
19	Setor de Escuta e Orientação Educacional	01
20	Setor de Atenção Biopsicossocial	01
21	Setor de Seleção, Acompanhamento e Avaliação da Assistência Estudantil	01
22	Núcleo Multiprofissional de Assistência Estudantil	01
23	Setor de Unidades Produtivas de Educação	01
24	Setor de Educação Física, Esporte e Lazer	01
25	Núcleo Técnico Pedagógico	01
26	Coordenação de Registro Acadêmico	01
27	Coordenação de Pesquisa e Extensão	01



28	Coordenação Geral de Ensino	01
29	Coordenação de Curso Técnico em Administração	01
30	Coordenação de Curso Técnico em Agroecologia	01
31	Coordenação de Curso Técnico em Agropecuária	01
32	Coordenação do Curso Técnico em Produção Cultural	01
33	Coordenação de Curso Técnico em Informática	01

12.2.1. Qualidade e quantidade de laboratórios de informática

Os laboratórios de informática possuem área de 30m², com capacidade para 30 alunos em cada espaço. Os computadores estão interligados à rede de internet com velocidade atual de 10/100 MB. Os estudantes possuem acesso aos laboratórios em horário de aulas previstas na matriz curricular e também nos horários vagos do dia, em geral no período matutino. Os laboratórios estão situados no espaço térreo do instituto o que garante a acessibilidade a todos os estudantes.

A manutenção e apoio técnico aos laboratórios são feita por profissionais da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI), composta por um profissional, sendo este Técnico de Informática de nível médio. Os recursos para manutenção do laboratório são oriundos do Plano de Metas do *Campus*. A comunidade em geral só pode utilizar os computadores da biblioteca do *Campus*, exceto em atividades previamente agendas, que a comunidade pode utilizar os laboratórios para treinamentos.

13 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

13.1. CORPO DOCENTE

O campus possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Produção Cultural na Forma Subsequente.

O quadro 8 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 8: Corpo Docente

Disciplina	Professor(es)	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Economia Criativa, da Cultura e Solidária	Tarcísio Roberto Cavalcante da Silva	Administração	DE
	Willian Funke	História	DE
Espanhol Instrumental	José Victor Ferreira Sousa	Letras - Língua Espanhola	DE
Gestão de Projetos Culturais	Daniele Farias Gaia	Secretariado Executivo	DE
	Ricardo Aleksandro de Santana	Sociologia	DE
Informática Básica	Ewerton Maia Barbosa	Informática	DE
	Higson do Nascimento Vaz	Informática	DE
Inglês Instrumental	Francisco Rosa da Rocha	Letras - Língua Inglesa	DE
	Roberto Castro da Silva	Letras - Língua Inglesa / Portuguesa	DE
Introdução à produção cultural	Leidijane Rolim da Silva	Artes Visuais	DE
	Marília de Almeida Silva	Educação Física	DE
	Ricardo Aleksandro de Santana	Sociologia	DE
Linguagem, Comunicação e Expressão	Anderson Luiz da Silva Farias	Letras - Língua Portuguesa	DE
Matemática Financeira	Abraão Caetano Mendes	Matemática	DE
	Elson Alves de Moura	Matemática	DE
	Tatiana Gaion Malosso	Matemática	DE
Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos	Rubana Palhares Alves	Meio Ambiente	DE
Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural	Higson do Nascimento Vaz	Informática	DE
Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica	Leidijane Rolim da Silva	Artes Visuais	DE
	Willian Funke	História	DE
Planejamento e Organização de Eventos	Daniele Farias Gaia	Secretariado Executivo	DE
Políticas Culturais e organização social participativa	Leidijane Rolim da Silva	Artes Visuais	DE
	Ricardo Aleksandro de Santana	Sociologia	DE
Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura	Anderson Luiz da Silva Farias	Letras - Língua Portuguesa	DE

	Leidijane Rolim da Silva	Artes Visuais	DE
Projetos Integradores	Leidijane Rolim da Silva	Artes Visuais	DE

13.2. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

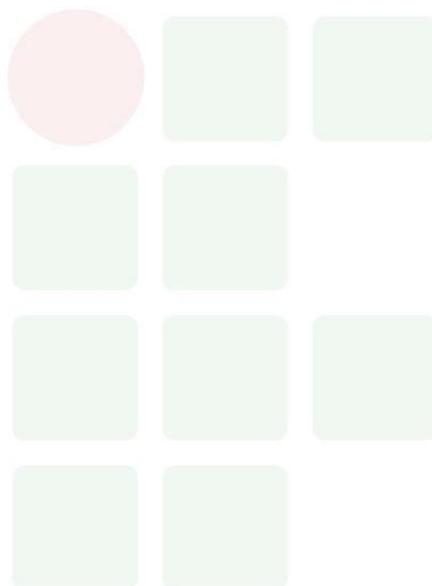
O campus também conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O quadro 9 apresenta o corpo técnico administrativo que compõe o curso.

Quadro 9: Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Administrador	Leandro Alberto Da Cruz Demosthenes	Graduação em Administração	40 h/semana
Assistente de Aluno	Antônia Saraiva Araújo	Letras: Língua Portuguesa	40 h/semana
	Christiane Gadelha de Vasconcelos	Letras: Língua Portuguesa	40 h/semana
	Erick Mick Oliveira da Silva	Graduação em Educação Física	40 h/semana
Assistente em Administração	Jéssica Bruna Santos Ferreira	Graduação em Fisioterapia	40 h/semana
	Jimmy Cardoso D'Assunção Vara	Ensino Médio	40 h/semana
	José Anderson Bastão Veloso	Letras: Língua Portuguesa	40 h/semana
Assistente Social	Francisco Ripardo Maia	Graduação em Serviço Social	40 h/semana
Auxiliar de Biblioteca	Alfras Da Mata Batalha	Graduação em Biblioteconomia	40 h/semana
Contador	André Aymon Brito Da Silva	Graduação em Contabilidade	40 h/semana
Enfermeiro	Eudiane Parentes Mendes	Graduação em Enfermagem	40 h/semana
Nutricionista	Renata Gomes De Lima Melo	Graduação em Nutrição	40 h/semana
Pedagogo	Dalvina Teixeira Rolim	Graduação em Pedagogia	40 h/semana
	Irene Da Mata Cacheado	Graduação em Pedagogia	20 h/semana
Psicólogo	Marcos Eduardo Oliveira da Silva	Graduação em Psicologia	40h/semana



Técnica em Enfermagem	Sebastião Luciano Nogueira	Técnico em Enfermagem	40 h/semana
Técnico em Agropecuária	Marmudy Almeida Das Chagas	Técnico em Agropecuária	40 h/semana
Técnico em Assuntos Educacionais	Neuma Maria Gomes do Nascimento	Graduação em Pedagogia	40 h/semana
Técnico em Contabilidade	Jefferson Da Cruz Fideles	Graduação em Economia	40 h/semana
Técnico em Informática	Goldema Francisco Da Silva Oliveira	Técnico em Informática	40 h/semana
Engenheiro Agrônomo	Paulo Roberto Nunes de Menezes	Graduação em Engenharia Agrônoma	40h/semana





REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2021** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 4º edição. Brasília-DF, 2020.



CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas.** 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FARIA, I. F. de. **Ecoturismo indígena: Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo.** São Paulo: Annablume, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25ºed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar:** fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. (Orgs.). **Curriculum, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.

SAHLINS, M. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção** (parte II). Mana, v. 3, n. Mana, 1997 3(2), out.1997.

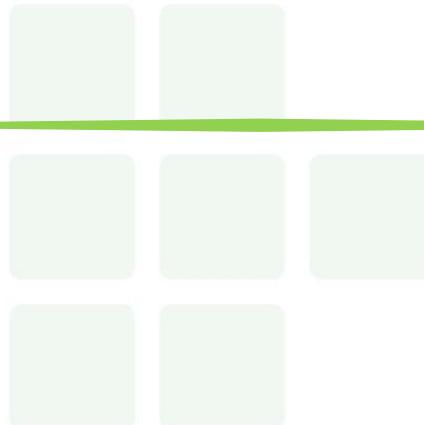
VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC.** Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

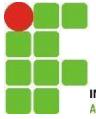


APÊNDICES -

PROGRAMA DE DISCIPLINAS

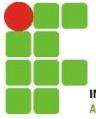




	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design			
Disciplina:	Linguagem, comunicação e expressão					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	32	8	-	2	40	
EMENTA						
Comunicação: processo, barreiras, níveis, elementos da comunicação, funções da linguagem. O texto. Frase. Parágrafo. Redação: Narração, descrição, dissertação, injunção e exposição. Coesão, concisão e coerência textuais. Mecanismos e tipos de coesão textual. Elementos da textualidade. Redação científica. Atualização gramatical.						
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE						
Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, com especialização, mestrado ou doutorado						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Informática Básica aplicada; Introdução à produção cultural; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Políticas Culturais e organização social participativa; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura; Projeto Integrador 01						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
O aluno deverá compreender as estratégias envolvidas no processamento da leitura e produção de textos, tendo em vista o caráter dialógico da língua, caracterizada pelas interações sociocomunicativas que se estabelecem entre os seus diversos usuários. Deverá também adquirir conceitos e informações que lhe permitam desenvolver habilidades de reconhecimento e distinção dos aspectos cognitivos, linguístico- semânticos e textuais, tanto do ponto de vista da produção dos textos quanto do ponto de vista da recepção.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área de Produção Cultural por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralingüísticos. ✓ Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área de Produção Cultural, de acordo com normas e convenções específicas. ✓ Pesquisar e analisar informações da área de Produção Cultural, em diversas fontes, convencionais e eletrônicas; ✓ Interpretar a terminologia técnico-científica da área profissional; ✓ Comunicar-se, oralmente e por escrito, utilizando a terminologia técnico-científica da profissão. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de Produção Cultural, a partir do estudo de Indicadores linguísticos e indicadores extralingüísticos. ✓ Conceitos de coerência e de coesão aplicados à análise e à produção de textos técnicos específicos da área de Produção Cultural. ✓ Modelos de Redação Técnica e Comercial aplicados à área de Produção Cultural. 						



✓ Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação (variantes da linguagem formal e de linguagem informal).
✓ Princípios de terminologia aplicados à área de Produção Cultural.
✓ Técnicas de leitura instrumental e especializada.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ABREU, A. S. Curso de Redação. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1996. pp. 12-19.
KOCH, Ingedore Grunfield Villaça. A Coesão Textual. São Paulo. Contexto. 1996.
. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1990
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CÂMARA JR, J. Mattoso. Manual de Expressão Oral e Escrita. Petrópolis: Vozes, 1978.
IFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 4ª Edição. Scipione, 1998.
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2001.
. Da fala para a escrita. Atividade de retextualização. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.
ELABORADO POR:
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS					
Curso: Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL					
Forma: Subsequente Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design					
Disciplina: Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos					
Módulo: CH Teórica: 32 CH Prática: 8 CH EAD: - CH Semanal: 2 CH Semestral: 40					
EMENTA					
O problema do conhecimento, em suas linhas gerais. A lógica e método na ciência. Classificação das ciências: discussão crítica. Racionalidade e objetividade científicas. Importância da elaboração de relatórios e projetos; Processos, técnicas e etapas na elaboração de relatórios e projetos culturais; Cronograma e custos na elaboração de projetos; Normas da ABNT; Redação científica; Pesquisa científica. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha, fichamento, resumo e sinopse.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Nível Superior, com especialização, mestrado ou doutorado					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Linguagem, Comunicação e Expressão; Informática Básica aplicada; Introdução à produção cultural; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Políticas Culturais e organização social participativa; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura; Projeto Integrador 01					
PROGRAMA					

**OBJETIVO GERAL:**

A disciplina visa fornecer uma formação básica sobre a prática científica, as técnicas de investigação da pesquisa e os procedimentos metodológicos para elaboração de relatórios e projetos, bem como apresentar os elementos básicos que compõem a estrutura de um projeto, buscando fundamentação nos guias da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Assim, o agente cultural terá condições de trabalhar com o produto cultural alicerçado em fundamentos metodológicos críticos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do método científico no processo de produção do conhecimento;
- ✓ Desenvolver estudos que possibilitem a aplicação de métodos e técnicas científicas, visando à formação para a pesquisa e atuação profissional;
- ✓ Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- ✓ Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- ✓ Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- ✓ Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos;
- ✓ Planejar e elaborar trabalhos científicos;
- ✓ Planejar e elaborar projetos culturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- ✓ 1 - Conhecimento
- ✓ Conceitos e definições
- ✓ Tipos de conhecimentos
- ✓ 2 - Metodologia do Trabalho Científico
- ✓ Conceitos e definições
- ✓ Tipos de pesquisa
- ✓ Modalidades de pesquisa
- ✓ Métodos científicos
- ✓ 3 - Princípios e Fases da Metodologia do Trabalho Científico
- ✓ 4 - As Normas ABNT
- ✓ 5 - Trabalhos acadêmicos
- ✓ Trabalhos de síntese;
- ✓ Seminários;
- ✓ Resenha;
- ✓ Artigo científico;
- ✓ Comunicação científica;
- ✓ Pôster.
- ✓ 6 - Elaboração de um trabalho científico.
- ✓ As fases da elaboração de um projeto;
- ✓ As fases da elaboração de um relatório;
- ✓ 7 - Etapas para a elaboração de projetos culturais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas. 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 10.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. NBR 10520: Informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

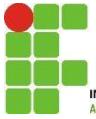
_____. NBR 6023: Informação e documentação: Referências bibliográficas. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

GRESSLER, L. A. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

JAPIASSU, Hilton. Introdução ao Pensamento Epistemológico. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design			
Disciplina:	Informática Básica Aplicada					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	32	8	-	2	40	
EMENTA						
Introdução à Informática; Segurança da informação. Introdução aos Sistemas Operacionais Modernos; Editores de Texto; Planilha Eletrônica; Gerenciador de Apresentação de Slides e Internet.						
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE						
Profissional com formação em Informática.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Linguagem, Comunicação e Expressão; Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Introdução à produção cultural; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Políticas Culturais e organização social participativa; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura; Projeto Integrador 01						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar os discentes para o uso das novas tecnologias aplicadas à Produção cultural.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
✓ Identificar sistemas operacionais, softwares e aplicativos úteis para a área profissional;						



<ul style="list-style-type: none">✓ Operar sistemas operacionais básicos;✓ Utilizar aplicativos de informática gerais e específicos para desenvolvimento das atividades na área de Produção Cultural;✓ Pesquisar novas ferramentas e aplicativos de informática para a área.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none">✓ Fundamentos de Sistemas Operacionais: Tipos; Características; Funções básicas;✓ Segurança da Informação: Princípios de segurança digital e proteção de dados; Práticas de navegação segura e privacidade online;✓ Ferramentas de processamento e edição de textos: formatação básica; organogramas; desenhos; figuras; mala direta; etiquetas;✓ Ferramentas para elaboração e gerenciamento de planilhas eletrônicas: formatação; fórmulas; funções; gráficos.✓ Ferramentas de apresentações: Criação de apresentações interativas com recursos multimídia (PowerPoint, Google Slides, Canva);✓ Internet e Colaboração Online: Utilização de ferramentas de trabalho colaborativo (Google Workspace, Microsoft 365); Fundamentos de computação em nuvem e serviços como Google Drive e OneDrive; Práticas de pesquisa e curadoria de conteúdo digital;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>CAIÇARA JÚNIOR, Cícero. Informática, internet e aplicativos. Curitiba: Ibpex, 2007.</p> <p>COX, J.; PREPPERNAU J. Microsoft Office PowerPoint: passo a passo. Porto Alegre: ArtMed, 2008.</p> <p>MANZANO, J. BrOffice.Org 2.0 - Guia Prático de Aplicação. São Paulo: Érica, 2006.</p> <p>PINHEIRO, Patricia Peck. Segurança Digital - Proteção de Dados nas Empresas. Atlas, 2020. ISBN: 978-8597026054.</p> <p>TANENBAUM, Andrew Stuart. Sistemas operacionais modernos. Pearson, 2016. ISBN: 978-8543005676.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SILBERSCHATZ, Abraham. Fundamentos de Sistemas Operacionais. LTC, 2015. ISBN: 978-8521629399.</p> <p>GAMA, Lucas. Proteja-se Online: Dicas Práticas para uma Navegação Segura na Internet: Um guia completo para proteger suas informações e privacidade na era digital. Amazon eBook Kindle, 2023. ASIN: B0BYTV3BJK.</p> <p>BIZELLI, Maria Helena S. Sahão. Informática Passo a Passo para Terceira Idade e Iniciantes. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2011.</p> <p>FRYE, C. Microsoft Office Excel 2007: rápido e fácil. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>ILVA, M. Informática – Terminologia – Microsoft Windows Vista – Internet e Segurança – Microsoft Office Word 2007 - Microsoft Office Excel 2007 - Microsoft Office Access 2007 - Microsoft Office - PowerPoint 2007. São Paulo: Érica, 2008.</p>

SCHECHTER, R. Br. Office. Org: CALC e Writer: trabalhe com planilhas e textos em Software Livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VELLOSO, F. Informática - conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	Introdução à produção cultural				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	56	24	-	4	80
EMENTA					
Princípios organizacionais, mercadológicos, jurídicos e contábeis de gerência aplicados ao produtor cultural; As dimensões do entretenimento como negócio; O mercado do produtor cultural; Principais atores do segmento cultural e artístico; Viabilização de produto cultural. Etapas da produção cultural; Valoração do produto cultural.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou em Linguagens.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Linguagem, Comunicação e Expressão; Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Informática Básica aplicada; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Políticas Culturais e organização social participativa; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura; Projeto Integrador 01					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Abordar as habilidades básicas e específicas a serem desenvolvidas na formação do Produtor Cultural, bem como apresentar as diferentes modalidades e possibilidades de atuação profissional e inventariar espaços de atuação profissional dos estudantes e egressos.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Analisar os processos transformativos de inovação e de espetacularização os quais estão submetidos às de configurações culturais; ✓ Entender o papel da produção cultural nos processos de dinamização, de transformação e de continuidade das configurações culturais; ✓ Estabelecer relações entre as configurações culturais e as atividades turísticas, de entretenimento e de produção cultural; ✓ Conhecer processos de construção de eventos culturais e a diversidade de configurações culturais existentes no Brasil; 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					



1. A cadeia produtiva da cultura.
2. A produção, o mercado e o produtor cultural: conceitos e tipologias.
3. Panorama da produção cultural no Brasil e no mundo.
4. Planejamento: as etapas de pré-produção, produção e pós-produção.
5. A gestão de recursos na produção cultural.
6. Logística e infraestrutura.
7. Comunicação e marketing.
8. Metodologias de avaliação e tecnologias de gestão de eventos e ações culturais.
9. Especificidades da produção cultural nos diferentes segmentos culturais.
10. Execução de um evento cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVELAR, R. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.

FRANCEZ, A.; COSTA NETTO, J.; D'ANTINO, S. (org.). **Manual do direito do entretenimento**: guia de produção cultural. São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.

LUZ, A. et al (Org.) **Produção Cultural**. Rio de Janeiro: Beco Azougue, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALABRE, Lia (org.) **Políticas Culturais: reflexões e ações**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

DORNELAS, J. Empreendedorismo. Transformando ideias em negócios. 2 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

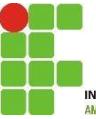
GANDELMAN, H. O que você precisa saber sobre direitos autorais. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

GIACAGLIA, M. C. Eventos: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

MATIAS, M. Organização de Eventos: procedimentos e técnicas. 3ª edição. São Paulo: Manole, 2004.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design			
Disciplina:	Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	48	12	-	3	60	
EMENTA						
Formação da cultura brasileira. Etnicidade. Culturas tradicionais, regionais, populares e urbanas no Brasil e na Amazônia.						



PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Profissional com formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou em Linguagens.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Linguagem, Comunicação e Expressão; Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Informática Básica aplicada; Introdução à produção cultural; Políticas Culturais e organização social participativa; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura; Projeto Integrador 01
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Apresentar ao estudante aspectos sociais e históricos da cultura brasileira a partir do entrelaçamento entre a cultura de massa, a cultura popular e a cultura erudita.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Refletir sobre os principais movimentos culturais em arte, música, literatura e teatro no Brasil e no Amazonas; ✓ Analisar as relações étnico-raciais e de gênero no contexto da cultura brasileira; ✓ Examinar a produção sobre o pensamento social brasileiro e amazônico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. A construção da cultura; 2. Cultura como linguagem: símbolos e metáforas; 3. O nacional e o regional e a manipulação de símbolos populares; 4. Símbolos nacionais, o uno e o múltiplo; 5. As múltiplas Identidades brasileiras; 6. A questão cultural na Amazônia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DAMATA, R. O que faz o Brasil Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
PRADO, D. de A. História Concisa do Teatro Brasileiro: 1570-1908. São Paulo: EDUSP, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMEIDA, Renato. A inteligência do folclore. Editora: MEC, 1974.
ALVES, Teodora de Araújo. Heranças de corpos brincantes: saberes da corporeidade em danças afro-brasileiras. Natal: EDUFRN, 2006.
ARAÚJO, Alceu Maynard. Cultura popular brasileira. 2 ^a .ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
FREYRE, G. Prefácio. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.
LIGIÉRO, Zeca. Corpo a corpo: estudo das performances brasileiras. Rio de Janeiro: Garamund, 2011.
ROCHA, J. C. de C. O exílio do homem cordial. Rio de Janeiro: Editora do Museu Nacional, 2004.
ELABORADO POR:



Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural					
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	Políticas Culturais e organização social participativa				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	48	12	-	3	60
EMENTA					
Conceitos fundamentais de políticas culturais e as tendências das novas tecnologias aplicadas à área cultural. Dimensões da cultura na contemporaneidade e sua articulação estratégica com o desenvolvimento das sociedades e o comportamento humano. Modelos de gerência de instituição cultural e a relação espaço cultural e comunidade. Gestão como ferramenta de inclusão, sustentabilidade, transversalidade e democratização da cultura.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou em Linguagens.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Linguagem, Comunicação e Expressão; Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Informática Básica aplicada; Introdução à produção cultural; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura; Projeto Integrador 01					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Contribuir com a capacitação de profissionais para atuarem na área das Políticas Culturais e na articulação dos vários agentes culturais da região do Médio Solimões em torno da institucionalidade da cultura.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferecer uma introdução a política cultural, abrangendo a história do seu desenvolvimento no Brasil até nossos dias; ✓ Possibilitar a compreensão de como as questões culturais e patrimoniais vem assumindo protagonismo na vida em sociedade, ressaltando o papel das instituições e dos atores sociais envolvidos nessas ações de gestão cultural; ✓ Oferecer subsídios ao discente para desenvolver estudos ou pesquisas que abordem aspectos relacionados aos direitos culturais, a cidadania e ao patrimônio cultural de sua região/cidade; ✓ Estimular a capacidade reflexiva dos estudantes a partir de princípios e práticas que norteiam uma vida cultural mais democrática, inclusiva e participativa. ✓ Expor a variação do papel do Estado no desenvolvimento cultural e artístico das nações, as variantes na relação Estado e cultura, as inovações institucionais e de legislação, bem como os mecanismos de financiamento e regulação. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Gênese sócio-histórica de políticas culturais; 2. Cultura, Estado e Sociedade Civil;					



3. O campo da cultura e as intervenções do Estado.
4. Definições de políticas culturais.
5. Políticas e atores culturais contemporâneos.
6. O financiamento da cultura: entre o Estado e o mercado.
7. Os destinatários das políticas culturais.
8. Instrumentos de políticas culturais.
9. Planejamento estratégico das políticas culturais como ferramenta de inclusão, sustentabilidade, transversalidade e democratização da cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBALHO, A. **Relações entre o Estado e a Cultura no Brasil**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1998.

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais**: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EAGLETON, T. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

LARAIA, R de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NUSSBAUMER, Gisele M. (org.) **Teorias e políticas da cultura**. Salvador, Edufba, 2007.

RUBIM, A. A. C. **Cultura e Políticas culturais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2011.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
Curso: Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL
Forma: Subsequente
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design
Disciplina: Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura
Módulo: CH Teórica: 48
CH Prática: 12
CH EAD: -
CH Semanal: 3
CH Semestral: 60
EMENTA
Estudos teórico-práticos dos procedimentos técnicos de produção em artes cênicas e literária. Abordagem das etapas do processo de produção de: planejamento, criação e difusão.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Profissional com formação em Letras, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Cinema ou Música.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO



Linguagem, Comunicação e Expressão; Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Informática Básica aplicada; Introdução à produção cultural; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Políticas Culturais e organização social participativa; Projeto Integrador 01
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Aprofundar o conhecimento sobre os processos de criação e disseminação das artes cênicas, estabelecendo ambientes para experimentação e análise crítica nas produções teatrais e literárias.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Contextualizar as noções acerca do histórico da literatura, teatro, dança e artes cênicas em geral; ✓ Explorar o potencial dos aspectos culturais nas artes da cena; ✓ Promover o conhecimento das etapas da produção das artes da cena; ✓ Exercitar a produção cultural fazendo uso dos elementos componentes da linguagem cênica e performances literárias; ✓ Estimular a articulação de projetos na área nas artes cênicas e literatura.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. As etapas da produção cênica: planejamento, criação e apresentação. 2. Produção editorial e eventos literários: processo criativo, editoração, difusão e divulgação. 3. Organização e produção da cena do desenvolvimento à finalização: cronograma, ensaios, cenário, circulação, figurino, luz e som, recepção e fruição do público. 4. O papel do produtor e sua relação com os demais profissionais da equipe. Difusão e manutenção das artes cênicas e literárias.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
EVARISTO, Conceição. Literatura negra : uma poética de nossa afro-brasilidade.
PAVIS, P. A análise dos espetáculos . São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 40-46; 288-294.
PEIXOTO, N. B. Intervenções urbanas : arte/cidade. São Paulo: SENAC, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AVELAR, Romulo. O avesso da cena : notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: DUO, 2008.
CABRAL, Carlos. Manual de técnicas de palco . Lisboa: Inatel, 2004.
LEHMANN, H.T. Teatro Pós-Dramático . São Paulo: Cosac Naify, 2007.
PEIXOTO, N. B. Intervenções urbanas : arte/cidade. São Paulo: SENAC, 2002.
THIRY-CHERQUES, H. R. Projetos culturais : técnicas de modelagem. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. YEOMAN, I. et al. Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura. São Paulo: Roca, 2006.
ELABORADO POR:
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural



 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	Projeto Integrador I				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	8	12	-	1	20
EMENTA					
<p>Pesquisa e conceituação de elementos e expressões artístico-culturais presentes na cultura indígena, negra e mestiça na Amazônia, por meio da análise de manifestações culturais amazônidas e das narrativas cosmogônicas amazônicas. Articulação dos conhecimentos tradicionais, transculturação, interculturalidade, identidade e memória em relação às artes da cena e performances culturais.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
<p>Profissional com formação em Ciências Humanas ou em Linguagens.</p>					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
<p>Linguagem, Comunicação e Expressão; Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos; Informática Básica aplicada; Introdução à produção cultural; Patrimônio, Cultura Popular Brasileira e Amazônica; Políticas Culturais e organização social participativa; Produção Cultural 1: artes cênicas e literatura.</p>					
PROGRAMA					
<p>OBJETIVO GERAL:</p> <p>Proporcionar ao discente criticidade para pensar os modos de viver amazônico como repertório e acervo sensorial provocando reflexões acerca dos processos de criação e formação do artista da cena e as possíveis encruzilhadas poéticas presentes no ato da pesquisa prática para a produção cultural.</p>					
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aguçar e sensibilizar o olhar para a linguagem cênica presente na dinâmica social e cultural da Amazônia; ✓ Intensificar e identificar convergências de atuação cênica e dramática com saberes locais amazônidas; ✓ Colaborar com a capacitação de produtores culturais com visão crítica e reflexiva quanto as relações étnico-raciais na formação cultural brasileira, problematizando a questão do racismo e da discriminação na sociedade contemporânea. ✓ Problematizar as formas hegemônicas de entender a história e a cultura, abordando questões relacionadas à interculturalidade e à diversidade e à revisão de significados forjados no interior de discursos e narrativas que estruturam relações de poder; ✓ Abordar o aprimoramento teórico e prático do produtor cultural e sua capacidade artística e pedagógica de conceber, executar, avaliar e adaptar processos diversificados de montagens teatrais, considerando a estética e a técnica do texto dramático voltada para a montagem teatral com a construção e divisão de unidades cênicas. 					



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. O imaginário poético amazônica; 2. O projeto de montagem do texto dramático; 3. A construção, as análises, os objetivos, as metodologias e as concepções da obra cênica.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AZEVEDO, Sonia Machado de. O papel do corpo no corpo do ator. São Paulo: Perspectiva, 2009.	
ESSLIN, Martin. Uma Anatomia do Drama. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.	
LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura amazônica: Uma poética do imaginário. Manaus: Editora Valer, 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
AVELAR, Romulo. O avesso da cena: Notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo editorial, 2010.	
BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.	
BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 2020.	
BRECHT, Bertolt. Estudos sobre teatro. Tradução de Fiamma Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.	
ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. Tradução de Yan Michalski. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.	
EMENTA	
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural	

 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design			
Disciplina:	Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	56	24	-	4	80	
EMENTA						
Análise dos fundamentos teóricos e práticos da produção audiovisual, musical e de espetáculos. Exploração das fases do processo de produção audiovisual: pré-produção, produção e pós-produção. O cinema e a música como ferramentas criativas para a formação de uma construção subjetiva, coletiva e intercultural.						
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE						



Profissional com formação em Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Cinema, Letras ou Música.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Planejamento e Organização de Eventos; Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural; Gestão de Projetos Culturais; Economia Criativa, da Cultura e Solidária; Projeto Integrador 02
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
O objetivo geral é capacitar os participantes a compreenderem e aplicarem os processos e técnicas envolvidas na produção musical e audiovisual, desde o planejamento e organização de eventos até a elaboração e edição de projetos audiovisuais, com ênfase no uso adequado de equipamentos e no desenvolvimento de roteiros e argumentos para diferentes meios.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender as fases que compõem o processo de produção musical. ✓ Entender os aspectos logísticos envolvidos na produção musical e nas estratégias de organização de eventos musicais. ✓ Identificar e diferenciar os diversos equipamentos utilizados na produção musical. ✓ Fornecer conhecimentos teóricos, técnicos e artísticos necessários para a criação de roteiros e argumentos para meios audiovisuais. ✓ Planejar e desenvolver projetos audiovisuais de forma estruturada. ✓ Executar a produção e edição de conteúdos audiovisuais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da música, cinema e audiovisual, 2. As etapas da produção: pré-produção, produção e pós-produção: Pesquisa e planejamento; confecção do roteiro 3. Gestão e organização da produção: do desenvolvimento à finalização: mecanismos de som e imagem; o papel do produtor e sua relação com as demais funções da equipe. 4. Elaboração de projetos e realização de produtos musicais e audiovisuais: Execução das etapas de produção, shows e mostras.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ALVES, M. N. Mídia e produção audiovisual: uma introdução. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>EISENSTEIN, S. O sentido do filme. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.</p> <p>YEOMAN, I. et al. Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura. São Paulo: Roca, 2006.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ALVES, M. N. Mídia e produção audiovisual: uma introdução. Curitiba: InterSaberes, 2012.</p> <p>BARRETO, A. Aprenda a organizar um show. Disponível em: http://fernandomonteiro.com.br/2010/08/baixe-o-livroaprenda-a-organizar-um-show-alexandre-barreto/. Acesso em: 27 dez. 2023.</p> <p>CANDÉ, R. de. História universal da música. Vol.1 e 2. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>MACHADO, Arlindo. Arte e mídia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.</p> <p>MASCARELLO, Fernando (Org). História do cinema mundial. Campinas, SP. Papirus, 2014.</p>

OLIVIERI, C.; NATALE, E.(org.). **Guia Brasileiro de Produção Cultural 2010/2011.** São Paulo: SESC, 2016.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Curso:

Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL

Forma:

Subsequente

Eixo Tecnológico:

Produção Cultural e Design

Disciplina:

Planejamento e Organização de Eventos

Módulo:

CH Teórica:

CH Prática:

CH EAD:

CH Semanal:

CH Semestral:

2º

56

24

-

4

80

EMENTA

Conceitos de Eventos. Tipologia de eventos. Importância do planejamento na organização de eventos. Etapas do planejamento de eventos. Fases específicas do planejamento de eventos. Componentes, controle e avaliação da logística de eventos. Políticas inclusivas e acessibilidade em eventos. Cerimonial e protocolo.

PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE

Profissional com formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou em Linguagens.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais; Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural; Gestão de Projetos Culturais; Economia Criativa, da Cultura e Solidária; Projeto Integrador 02

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar aos discentes a construção de conhecimento gerencial de um evento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Gerir estratégicamente um evento, pensando em cada uma das ações a serem efetivadas;
- ✓ Definir o layout mais adequado para os eventos, assim como a decoração;
- ✓ Negociar com parceiros e fornecedores;
- ✓ Compreender as tendências e perspectivas do setor de eventos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conceitos, Segmentação Turística em Eventos e Tipologias
 - 1.1 Conceitos de Eventos
 - 1.2 Conceitos de Turismo de Eventos e Negócios
 - 1.3 Tipologia, Classificação e Novos Formatos
 - 1.4 Introdução ao Cerimonial e Protocolo
2. Planejamento e Organização de Eventos
 - 2.1 Fases do Planejamento
 - 2.2 Organização de Eventos e Megaeventos
 - 2.3 Logística e finanças de Eventos
3. Captação de Eventos, Entidades e Mercado
 - 3.1 Entidades de Classe do Setor

3.2 Captação de Eventos 3.3 Mercado, Inovação e Tendências
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALLEN, J; O'TOOLE, W; MCDONNEL, I; HARIS, R. Organização e gestão de eventos. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
MATIAS, M. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.
VIERA, Elenara Viera de. Recepção de eventos: organização e técnicas para eventos. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRITTO, J.; FONTES, N. Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo. São Paulo: Aleph, 2012.
GIACAGLIA, M. C. Eventos: Como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
MELO NETO, F. P. de. Criatividade em eventos. São Paulo: Contexto, 2020.
MIRANDA, Luiza. Negócios e festas – ceremonial e etiqueta em eventos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
PAIVA, H. A. B. de. Planejamento Estratégico de Eventos: como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008
YEOMAN, I. et al. Gestão de festivais e eventos: uma perspectiva internacional de artes e cultura. São Paulo: Roca, 2006.
ELABORADO POR:
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS				
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	56	24	-	4	80
EMENTA					
Estudo dos processos e elementos da comunicação e mobilização social. Análise das condições de produção dos produtos culturais exibidos pela mídia. Mídia e indústria cultural como fatores significativos da vivência do lazer e do consumo. Estratégia e planejamento das Tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento da Produção Cultural. Gestão de conteúdos na rede.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					



Profissional com formação em Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Cinema, Letras ou Música. Profissional com formação em Tecnologia da Informação e Comunicação, Design Gráfico, Mídias Digitais ou áreas afins.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais; Planejamento e Organização de Eventos; Gestão de Projetos Culturais; Economia Criativa, da Cultura e Solidária; Projeto Integrador 02

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar o estudo teórico e prático dos conceitos inerentes aos processos comunicacionais para viabilizar uma formação dotada de senso político, social e sensível capaz de observar e analisar criticamente os diversos contextos para a produção de enredos adequados para as Mídias Digitais na perspectiva da Produção Cultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Contextualizar a conjuntura das Mídias Digitais sob a perspectiva das Indústrias Culturais;
- ✓ Pesquisar as ferramentas adequadas ao uso da comunicação para projetos culturais;
- ✓ Utilizar Planos de Comunicação para mobilizar e convocar para eventos;
- ✓ Caracterizar o funcionamento da relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa;
- ✓ Utilizar os processos comunicacionais para informar, persuadir e entreter as pessoas;
- ✓ Acompanhar as inovações das tecnologias de comunicação na área de produção e suas projeções futuras para a implantação de projetos culturais;
- ✓ Utilizar plataformas de desenvolvimento de websites, blogs, canais e redes sociais, para publicação de conteúdo na internet;
- ✓ Oferecer noções teóricas, técnicas e artísticas que capacitem à elaboração de roteiros para meios digitais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A sociedade em rede: Cultura, sociedade e economia no contexto da transformação tecnológica; O papel das mídias na sociedade interconectada; Internet e redes sociais digitais no processo comunicativo;
2. As mídias digitais no contexto da Indústria Cultural: Indústria Cultural; Cultura de massa e comunicação de massa; Produção e consumo da informação nas redes sociais digitais; Estratégias empresariais mediante à produção colaborativa de conteúdo; Música: novos arranjos de produção e consumo na Internet; Desafios da televisão, do rádio e do cinema na economia digital;
3. Produção cultural, difusão e consumo cultural através das Mídias Digitais: O cidadão como produtor e consumidor de conteúdo informacional; Jornalismo: impactos das mídias digitais na produção e distribuição de notícias; Midiatização da sociedade; Inovação tecnológica nos relacionamentos dos negócios;
4. Ferramentas de Mídias Sociais: Redes Sociais digitais e Mídias Sociais; Relacionamentos e negócios em sites de redes sociais digitais; Comunicação, Colaboração, Educação e Entretenimento como estratégia social; Estratégias digitais de Marketing; Monitoramento e Métricas das estratégias nas mídias sociais;
5. Edição e Criação de Conteúdo Multimídia: Ferramentas básicas de edição gráfica; Noções de edição de vídeo e áudio para produção cultural. Integração de recursos multimídia em projetos culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, T. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2006.



SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano:** da cultura das mídias à cibercultura; São Paulo: Paulus, 2003.

TERRA, R. **Copywriting na Prática:** Como dominar o poder da escrita persuasiva para vender e lucrar mais na internet. São Paulo: DVS Editora, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, T. W. **Indústria Cultural e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BROWN, T. **Design Thinking:** uma Metodologia Poderosa para Decretar o fim das Velhas Ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

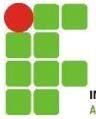
CHAUÍ, M. de S. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, L. C. **Teoria da cultura de massa:** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LONGO, W. **Marketing e Comunicação da Era Pós-Digital:** As Regras Mudaram. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2019.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design			
Disciplina:	Gestão de Projetos Culturais					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	48	12	-	3	60	
EMENTA						
Gestão de cultura e gestão de projetos culturais. Gestão como ferramenta de inclusão, sustentabilidade, transversalidade e democratização da cultura. Introdução à gestão e sua aplicação projetos. Modelos de gestão cultural no Brasil e na América Latina a partir do século XX. Planejamento estratégico em cultura. Formatação de projeto cultural. Metodologia e fases. Concepção, justificativa, objetivos, cronogramas, orçamentos, equipes e sistemas de controle e avaliação.						
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE						
Profissional com formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou em Linguagens.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais; Planejamento e Organização de Eventos; Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural; Economia Criativa, da Cultura e Solidária; Projeto Integrador 02						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Transmitir ao discente uma visão sobre a gestão de projetos culturais e seus impactos na concepção e aplicação de projetos voltados à democratização da cultura e à profissionalização, com foco nos processos e procedimentos da gestão estratégica.						

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- ✓ Desenvolver laboratorialmente um projeto cultural, envolvendo equipes e exercitando a gestão política e administrativa de projetos;
- ✓ Debater conceitos e apresentar ferramentas de gestão a serem utilizados na produção e gestão cultural e de seus equipamentos e projetos;
- ✓ Compreender as características da economia criativa;
- ✓ Capacitar para atuação no mercado cultural na criação, planejamento, execução e avaliação de projetos culturais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Diversidade e identidade Cultural;
2. Gestão cultural;
3. Políticas públicas para a cultura no Brasil;
4. Profissionais da cultura;
5. Economia Criativa;
6. Empreendedorismo Cultural;
7. Gestão de Equipamentos Culturais;
8. Planejamento estratégico e elaboração de Projetos culturais: etapas de criação, produção, captação de recursos, comunicação e marketing, difusão e avaliação de projetos;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CESNIK, Fabio Sá e MALGODI, Maria Eugenia. **Projetos Culturais:** elaboração, administração. Aspectos legais e busca de patrocínio. São Paulo: Ed. Escrituras, 2001.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Projetos culturais:** técnicas de modelagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de Projetos.** São Paulo: Editora Brasport, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, C. J. M. **Arte é capital:** a visão aplicada do marketing cultural. Editora Rocco, 1994.

BARBALHO, A.; RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil.** EdUFBA. 2007.

BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade cultural:** da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CUNHA, M. H. **Gestão cultural:** profissão em formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.

TEIXEIRA COELHO, J. **O que é ação cultural.** São Paulo, SP: Brasiliense, 2001.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS				
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	Economia Criativa, da Cultura e Solidária				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	32	8	-	2	40



EMENTA
Abordar os aspectos conceituais e legais sobre economia criativa e economia solidária aplicadas ao conjunto de segmentos dinâmicos culturais, a fim de promover a produção de produtos e serviços baseados em criatividade e conhecimento voltados para a arte e a cultura. Além disso, promover a compreensão do potencial econômico, da geração de receitas, de comércio e inovação, alinhados com as novas tecnologias, notadamente as tecnologias de informação e comunicação presentes no contexto contemporâneo.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Profissional com formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou em Linguagens.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais; Planejamento e Organização de Eventos; Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural; Gestão de Projetos Culturais; Projeto Integrador 02
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Proporcionar ao discente a compreensão dos aspectos legais, sociais e econômicos voltados aos modelos de negócios que se originam em atividades, produtos ou serviços culturais desenvolvidos a partir do conhecimento, da criatividade ou do capital intelectual com vistas ao desenvolvimento sócio cultural.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estimular o potencial cultural e solidário individual e coletivo para produzir bens e serviços criativos; ✓ Pesquisar meios de produzir bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico; ✓ Compreender maneiras para gerar bem-estar, autoestima e qualidade de vida em indivíduos e comunidades, através de atividades prazerosas e representativas no contexto local; ✓ Estimular o crescimento inclusivo e sustentável através de economia Criativa e Solidária.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Economia criativa <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Conceitos e paradigmas contemporâneos; 1.2. Inter-relação da economia com outras áreas do conhecimento; 1.3. Curvas de possibilidades de produção (ou curva de transformação); 1.4. Geração de renda, mitos e dilemas; 1.5. Empreendimentos de economia solidária: aspectos legais e natureza; 1.6. Economia e inovação; 2. Economia Solidária <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Conceitos e recorte histórico-cultural da economia solidária no brasil; 2.2. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes; 2.3. Economia solidária e desenvolvimento local e sustentável; 3. Cultura <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Conceitos, legislações e centros culturais e utilização de espaços culturais; 3.2. Cultura, folclore e manifestações populares; 3.3. Artes e eventos;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
SILVA, C. R. L. da; LUIZ, Sinclair. Economia e mercados: introdução à economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.



SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABEGÃO, L. H. **Incubação:** acionando o dinâmo da reciprocidade. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). *Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Vol. 1.

ALTIERI, D; TENÓRIO, F. G. **Gestão e economia solidária.** (Coleção Gestão e desenvolvimento). Ijuí: Editora Unijuí, 2023.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular:** traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Economia da cultura:** reflexos sobre as indústrias culturais no Brasil. Brasília: Minc/Instituto Pro-Cultura, 1988.

IBRAHIM, E. **Economia Exponencial.** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021.

REALE, Miguel. *Paradigmas da Cultura Contemporânea*, 2^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

LONDRES, C. et al. **Celebrações e saberes da cultura popular:** pesquisa, inventário, crítica e perspectiva. Rio de Janeiro: Funarte, IPHAN, 2004

MIKLOS, Jorge. **Cultura e Desenvolvimento local - Ética e Comunicação Comunitária.** São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

SANT'ANA, Cláudio A. **Arte e Cultura.** São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclair. *Economia e mercados: introdução à economia.* São Paulo: Editora Saraiva, 2017

SOARES, Inês V.; PIOVESAN, Flávia; RABELO, Cecilia N.; et al. **Mulheres, Direito e Protagonismo Cultural.** Coimbra: Grupo Almedina, 2022

ELABORADO POR:

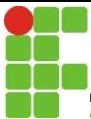
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS				
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	Projeto Integrador II				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	8	12	-	1	20
EMENTA					



Prática no campo da atuação, encenação teatral, escrita dramática ou performance, por meio da criação e produção de uma obra artística, que culmine em apresentação pública. Os saberes locais dos povos da floresta, suas tradições, crenças, ritos, mitos na cena e na pedagogia das artes amazônicas. O urbano, o ribeirinho e os ameríndios como vozes das diversidades, poética e humana, na Amazônia. As artes do corpo e a luta pela preservação da floresta em cena.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Profissional com formação em Ciências Humanas e em Linguagens.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Língua Portuguesa, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Biologia, Química e Física.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Capacitar os alunos para o planejamento e a realização de uma produção cultural (teatral e cênica) de caráter profissional, com pleno conhecimento da legislação vigente e dos instrumentos legais necessários.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Conhecer os aspectos legais e administrativos do espetáculo; Exercitar a dinâmica de trabalho individual e coletivo; Entender conceitos relacionados à produção cultural contemporânea, às composições teatrais e às escrituras cênicas em diálogo com a performance; Adquirir noções básicas da direção de espetáculo e elaboração de peça cultural, de um ponto de vista estético e histórico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Conceitos fundamentais da produção artística; Conhecimentos históricos e teóricos do espaço cênico e da cenografia; Criação de experimentos cênicos e performativos com espaço, tempo, visualidades, sonoridades e narratividades; Trajetória e consolidação da “dramaturgia da cena”.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
HOWARD, Pamela. O que é cenografia? São Paulo: SESC São Paulo, 2015. ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. Tradução de Yan Michalski. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. _____. Introdução às grandes teorias do teatro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALVES, M. N. Mídia e produção audiovisual: uma introdução. Curitiba: InterSaberes, 2012. BARRETO, A. Aprenda a organizar um show. Disponível em: http://fernandomonteiro.com.br/2010/08/baixe-o-livroaprenda-a-organizar-um-show-alexandre-barreto/ . Acesso em: 27 dez. 2023. CANDÉ, R. de. História universal da música. Vol.1 e 2. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2001. MACHADO, Arlindo. Arte e mídia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. MASCARELLO, Fernando (Org). História do cinema mundial. Campinas, SP. Papirus, 2014. OLIVIERI, C.; NATALE, E.(org.). Guia Brasileiro de Produção Cultural 2010/2011. São Paulo: SESC, 2016.
ELABORADO POR:
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural



 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>					
Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	OPTATIVA - Matemática Financeira				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	32	8	-	2	40
EMENTA					
Conceitos Fundamentais. Capitalização. Descontos. Equivalência de Capitais. Séries de Capitais. Custo Efetivo de um Empréstimo. Sistemas de Amortização. Inflação. Depreciação.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional com formação em Matemática ou Estatística ou Contabilidade.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Produção Cultural 2: música, audiovisual, festivais; Planejamento e Organização de Eventos; Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Produção Cultural; Gestão de Projetos Culturais; Economia Criativa, da Cultura e Solidária; Projeto Integrador 02					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Oferecer conhecimentos relativos às operações financeiras, do ponto de vista quantitativo, para o futuro exercício profissional e/ou apoiar o desenvolvimento de atividades e ações que necessitam deste conhecimento.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver a capacidade de analisar, relacionar, comparar e sintetizar conceitos para resolver problemas envolvendo financeira; ✓ Desenvolver hábitos de leitura, de rigor e precisão, de clareza, de uso correto da linguagem, de crítica e discussão dos resultados obtidos; ✓ Desenvolver a capacidade de descobrir fatos novos a partir de condições dadas, aplicando o método dedutivo; ✓ Adquirir informações e conhecimentos sobre os diversos tipos de conceitos e métodos utilizados em Matemática Financeira. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos Fundamentais. 2. Capitalização. 3. Equivalências. 4. Empréstimos com pagamento único. 5. Descontos. 6. Séries de capitais. 7. Sistemas de amortização. 8. Custo Efetivo de uma Operação Financeira. 9. Inflação. 10. Depreciação. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
SAMANEZ, Carlos P. Matemática Financeira. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.					



SILVA, André Luiz Carvalhal. Matemática Financeira Aplicada. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
PUCCINI, Abelardo Puccini. Matemática Financeira: Aplicada e Objetiva. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
HAZZAN, Samuel. POMPEO, José Nicolau. Matemática Financeira. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
KUHNEN, Osmar Leonardo. Matemática Financeira Aplicada e Análise de Investimentos. São Paulo: Atlas, 1994.
LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira: Usando Excel 5 e 7. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora Ltda, 1996.
MATHIAS, Washington F. GOMES, José M. Matemática Financeira. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
ELABORADO POR:
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
Curso: Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL
Forma: Subsequente Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design
Disciplina: OPTATIVA - Inglês Instrumental
Módulo: CH Teórica: CH Prática: CH EAD: CH Semanal: CH Semestral: 2º 32 8 - 2 40
EMENTA
Permitir a aquisição por parte dos discentes a habilidade de leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área de Produção Cultural, na língua Inglesa.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Graduado em Letras - Língua Inglesa, com especialização, mestrado ou doutorado
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Estado, Políticas públicas e Sociedade; Agroecologia; Esporte, Lazer e Saúde; Legislação e Manejo Florestal; Educação e Legislação ambiental; Ética e cidadania organizacional; Organização e Prática Profissional em Produção Cultural 2; Projeto Integrador 02.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Capacitar o aluno a utilizar ferramentas para a leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área de Produção Cultural, na língua Inglesa.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
✓ Familiarizar os alunos com o vocabulário técnico específico da área em inglês, por meio de exercícios de compreensão e prática.



- ✓ Desenvolver habilidades de análise de textos técnico-científicos em inglês relacionados ao Produção Cultural, por estudos de casos e discussões dirigidas.
- ✓ Aprimorar as técnicas de leitura ativa e estratégias de interpretação de textos em inglês, utilizando estratégias de leitura em inglês.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão dos tempos verbais básicos da língua inglesa:

verbo to be (presente e passado)

Presente simples, presente contínuo, presente perfeito

Passado simples, passado contínuo, passado perfeito

Futuro simples

Uso e aplicação desses tempos verbais em contextos relacionados à área do curso;

Estudo dos marcadores de discurso:

Identificação e uso de conectores (e.g., however, therefore, moreover)

Uso de expressões para adição, contraste, conclusão, etc.

Como esses marcadores contribuem para a coesão e a coerência na comunicação escrita e oral

Introdução às estratégias de leitura em inglês:

Skimming: Leitura rápida para identificar o tema principal e a estrutura geral do texto

Scanning: Busca rápida por informações específicas

Inference: Inferência de significado a partir do contexto

Identificação de ideias principais e detalhes relevantes em textos relacionados à gestão escolar

Leitura Crítica de Documentos Educacionais em Inglês:

- Desenvolvimento de habilidades de leitura crítica:

Identificação de propósitos, argumentos e pontos de vista nos documentos

Avaliação da relevância, credibilidade e confiabilidade das fontes

- Aplicação das estratégias de leitura em inglês:

Prática de leitura crítica para identificar informações importantes, como diretrizes administrativas, procedimentos e documentos relacionados à área de curso.

Análise de textos no contexto da secretaria escolar para compreender implicações práticas e tomar decisões embasadas

Introdução ao Inglês Acadêmico:

- Familiarização com o vocabulário acadêmico específico e termos relacionados a área do curso:

Uso contextualizado desses termos em situações administrativas e de comunicação escrita e oral

Leitura de textos acadêmicos em inglês:

Exercícios de leitura e interpretação de artigos, relatórios e pesquisas sobre área do curso.

Identificação de argumentos, evidências e conclusões nos textos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOOK. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

CELCE-MURCIA, M., & LARSEN-FREEMAN, D. (2019). THE GRAMMAR BOOK: FORM, MEANING, AND USE FOR ENGLISH LANGUAGE TEACHERS. HEINLE ELT.

PALTRIDGE, B., & STARFIELD, S. (2020). THESIS AND DISSERTATION WRITING IN A SECOND LANGUAGE: A HANDBOOK FOR SUPERVISORS. ROUTLEDGE.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:



MCCARTHY, M., & O'DELL, F. (2019). ENGLISH VOCABULARY IN USE: ADVANCED BOOK WITH ANSWERS. CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

WALLACE, C., & HOOD, S. (2020). CRITICAL READING AND WRITING FOR POSTGRADUATES. SAGE PUBLICATIONS LTD.

ELABORADO POR:

Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em PRODUÇÃO CULTURAL				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Produção Cultural e Design		
Disciplina:	OPTATIVA - Espanhol Instrumental				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	32	8	-	2	40
EMENTA					
História e geografia da língua espanhola; Informações gerais sobre a língua; Cultura Hispânica; aproximação inicial ao aprendizado do léxico e das estruturas gramáticas da língua espanhola em nível básico. Introdução ao sistema fonético e fonológico do espanhol e sua representação gráfica. Usos sociais da língua. Desenvolvimento inicial da leitura, compreensão; produção oral e escrita					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Letras - Espanhol; Português e Espanhol, com especialização, mestrado ou doutorado					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Estado, Políticas públicas e Sociedade; Agroecologia; Esporte, Lazer e Saúde; Legislação e Manejo Florestal; Educação e Legislação ambiental; Ética e cidadania organizacional; Organização e Prática Profissional em Produção Cultural 2; Projeto Integrador 02.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Promover o conhecimento instrumental da Língua Espanhola no que se refere à leitura, interpretação e tradução de textos de diferentes gêneros, desenvolvendo habilidades de expressão oral e escrita através dos conhecimentos fonéticos, lexicais e gramaticais da língua alvo.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilizar o aluno para a diversidade constitutiva da língua espanhola e de sua presença no contexto regional do IFAM – campus Tefé; ✓ Utilizar adequadamente os recursos linguísticos e o léxico básico da língua espanhola, nas modalidades escrita e oral; ✓ Desenvolver atitudes e hábitos comportamentais para os diferentes contextos de comunicação e interação sociais necessários ao desempenho profissional; ✓ Construir habilidades para desenvolver as quatro destrezas (ler, escrever, ouvir e falar) da língua espanhola. 					



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1 FONÉTICA E PROSÓDIA Alfabeto letras e sons; Pronúncia e diálogos	
2 GRAMATICA BÁSICA Falsos cognatos; Artigos e substantivos; Pronomes pessoais; Tratamento formal e informal; Cardinais e ordinais; Presente do indicativo; Adjetivos; Locuções prepositivas; Verbos pronominais; Verbo Gustar; Pretérito indefinido; Abreviaturas; Pontuação e acentuação.	
3. LÉXICO Saudações; Nacionalidades; Profissões; Dias da semana e meses do ano; Características físicas e psicológicas; Comidas e bebidas; Estabelecimentos públicos; Objetos e expressões utilizados no contexto da secretaria escolar; Vocabulários típicos.	
4. COMPREENSÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL Leitura e interpretação de textos; Produção de textos (Cartas, e-mails, Agendas,); Produção oral (Diálogos, telefonemas, Conversas formais e informais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros. 4ª ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 2011.	
MILANI, Esther Maria. Verbos em espanhol. Ed..Disal, 2010.	
VARELA, Patrícia González. Espanhol para secretariado: um guia práctico para secretários, assessores e assistentes. Ed.Elsevier, Rio de Janeiro, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
BOM. Francisco Matte. Gramatica comunicativa del español: de la lengua a la idea. Madrid: Edelsa, 2001.	
ENTERRIA, Josefa Gomez de. Correspondencia comercial en español. Madrid: Sgel, 1997.	
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Nueva gramática básica de la lengua española. 1ª ed. – Buenos Aires: Espasa, 2011.	
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Diccionario de la lengua española. 22ª ed. Madrid, Espasa - Calpe, 2012.	
REYES, Graciela. Cómo escribir bien en español: manual de redacción. Madrid: Libros, 2001.	
ELABORADO POR:	
Comissão de Reelaboração do PPC de Curso Técnico em Produção Cultural	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO DE CURSO Nº 53/2024 - CTF (11.01.05)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 16 de Dezembro de 2024

PPC_Subsequente_Produto_Cultural_CampusTefé16DEZ.pdf

Total de páginas do documento original: 103

(Assinado digitalmente em 17/12/2024 09:28)

MARTINHO CORREIA BARROS

DIRETOR

2114997

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **53**, ano: **2024**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de Assinatura: **16/12/2024**
e o código de verificação: **16acc86c05**